

**Prefeitura Municipal de Araripe
Conselho Municipal de Educação
Secretaria Municipal de Educação**

Plano Municipal de Educação Araripe - 2005/2008

**Humanizando a Escola,
Construindo o Cidadão.**

**Estado do Ceará
Prefeitura Municipal de Araripe
Secretaria Municipal de Educação**

GOVERNO DO MUNICÍPIO

Prefeito

Francisco Humberto de Menezes Bezerra

Primeira Dama:

Denise Aires Gondim de Menezes

Vice Prefeito

Francisco de Alencar Andrade

Secretaria Municipal de Educação - SEMEA

Maria Heliane Correia Vileicar

Secretaria Municipal de Saúde

Arnaldo Pereira da Silva

Secretaria Adjunta de Saúde

Zenilda Maria Vieira Araújo de Alencar

Secretaria Municipal da Promoção Social

Hélida Socorro Silva Correia

Secretaria Municipal de Infra-Estrutura

Gizele de Menezes Bezerra Lima

Secretaria Municipal de Finanças

Alexandre Loiola de Alencar

Secretaria Municipal de Administração

Rommel Rodrigues de Alencar

Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

Antonio de Alencar Andrade

Secretaria Municipal de Turismo, Cultura, Esporte e Juventude

Francisco Renato de Sousa Dantas

Secretaria Municipal de Assuntos Políticos

Francisca Idália Pereira Alencar

Secretaria de Administração Hospitalar

Francisco Luiz de Oliveira Sales

**Estado do Ceará
Prefeitura Municipal de Araripe
Secretaria Municipal de Educação**

Câmara Municipal de Araripe
Cícero Ferreira da Silva

Assessoria Especial
Ângela Maria Rezende Germano Correia

Assessoria de Planejamento
Irinéia Sheyla de Menezes Bezerra Rocha

Assessoria/Coordenadoria do PRODEM
Francisco Hélio Germano Correia

Departamento de Gestão Escolar
Maria de Fátima Araújo

Equipe Estratégica

Irinéia Sheyla de Menezes Bezera Rocha
Francisco Hélio Germano Correia
Luiz Paulo Paulino de Lima
Antonio de Lima Barreto Júnior
Maria Socorro de Sousa
Fabrycia de Lima Torres
Antonita da Silva Mendes Lima
Tarcísia Valentim Almino
Maria Lucimar Paulino de Lima
Francisca Claudete Pereira da Silva

Equipe de Elaboração

Luiz Paulo Paulino de Lima
Engrácia Ramos da Silva
Francisco Renato de Sousa Dantas
Maria Albaneide Fortaleza
Maria de Fátima Araújo
Maria Heliane Correia Vileicar

**Estado do Ceará
Prefeitura Municipal de Araripe
Secretaria Municipal de Educação**

Coordenação de Eventos

Daniele Rodrigues de Alencar Cavalcante

Coordenação do EJA - Educação Jovens e Adultos

Antônio Carlos Almeida Neto

Coordenação de Articulação de Conselhos e Grêmios

Antônio Alonso de Alencar Rodrigues

Colaboradores

Zenilda Maria Vieira Araújo de Alencar

Daisyanne Alencar de Sousa

Rommel Rodrigues de Alencar

Antonio de Alencar Andrade

Cibele Pereira de Alencar

Arnaldo Pereira da Silva

Sandra Maria de Oliveira

Roberta Antonia Almino Siebra

Maria Valtelice da Silva

José Oêmio Timóteo

Cícero Roberto Alves de Alencar

Controle Social

Conselho Municipal de Educação/FUNDEF

Comissão Municipal de Educação Infantil

Municípios

Apoio

Maria Adelaide Silvestre da Silva

Maria Socorro Alves da Silva Barbosa

**Estado do Ceará
Prefeitura Municipal de Araripe
Secretaria Municipal de Educação**

GOVERNO DO ESTADO

Lúcio Gonçalo de Alcântara
Governador

AGRADECIMENTO ESPECIAL:

Sofia Lerche Vieira
Secretária Educação Básica do Estado do Ceará

Maria Águeda Brito Leite Duarte
Orientadora do CREDE-18

Rita de Cássia Duarte do Nascimento
Supervisora do N.R.D.P. – CREDE 18

NOSSO RECONHECIMENTO:

José Humberto Germano Correia
Ex-Prefeito Municipal

José Valentim Dantas
Ex-Secretário Municipal de Educação

**Coordenadoras do PME em Araripe
Técnicas do CREDE-18**

Conceição Jardim
Técnica da Gestão

Francisca Nasilene Sales Batista
Técnica do Ensino

**Estado do Ceará
Prefeitura Municipal de Araripe
Secretaria Municipal de Educação**

PARCEIROS

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DO CEARÁ
CREDES 18, 19 e 20
SECRETARIAS MUNICIPAIS
ESCOLA CARLOTA TÁVORA
ESCOLAS MUNICIPAIS
ESCOLA PARAÍSO INFANTIL
UNIVERSIDADE VALE DO ACARAÚ - UVA
UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI - URCA
UNESUA
SOCIEDADE CIVIL
PODERES EXECUTIVO, LEGISLATIVO E JUDICIÁRIO
CONSELHOS MUNICIPAIS
CONSELHOS ESCOLARES
ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS
CONSELHO TUTELAR

“Sei que o meu trabalho é uma gota no oceano. Mas sem ele o oceano seria menor”.

Madre Tereza de Calcutá

**Secretaria Municipal de
Educação de Araripe**

Plano Municipal de Educação

Carta do Prefeito Municipal de Araripe

De Entrega do Plano Municipal de Educação 2005/2008

Ao longo das gerações e gerações, enquanto caminha a humanidade, o grande legado transmitido e que em sua maioria até hoje permanece, é o conhecimento. Com o passar dos séculos e milênios o homem aprendeu que a forma mais eficiente e organizada de transmitir e perpetuar estes conhecimentos e experiências seria através do ensino acadêmico nas suas mais diversas modalidades.

Com o passar do tempo, os estabelecimentos de ensino transformaram-se em centros de convergência de informações e formação em todas as áreas e em todos os cantos das civilizações e à medida que avançavam cultural e cientificamente, passavam a valorizar cada vez mais esta forma de adquirir, aprimorar e transmitir o saber.

Nos dias atuais com a crescente informatização e globalização, é inevitável a penalização e marginalização das pequenas comunidades como a nossa do Araripe, localizada numa das regiões mais carentes do planeta, o Nordeste brasileiro. Para amenizar estas diferenças, gestores, coordenadores, assessores, educadores, pais e alunos, reúnem-se num esforço gigantesco para dar corpo a idéias que certamente comporão o Plano Municipal de Educação de Araripe de 2005 a 2008.

Este documento de construção eminentemente democrática contempla na sua íntegra itens constante no nosso projeto administrativo elaborado junto às lideranças e à comunidade, apresentado em palanque eleitoral e registrado em cartório como prova do compromisso do nosso grupo para com a população deste município.

O grande desafio da educação no município de Araripe é a construção da cidadania, sem esquecer os princípios de humanização, que permeiam nossas ações e da parceria que torna o processo de construção educacional dinâmico e participativo.

Em nossa caminhada guiaremos nossos passos no rumo da democratização do acesso, pela qualidade da prestação do serviço, pela humanização e pela transformação da nossa escola num espaço de aprendizado, solidariedade, bem-estar e alegria a todos quantos dele participem.

Por fim ensinar, educar é dividir com alguém nossos conhecimentos e experiências. É prazeroso e acima de tudo um ato de amor ao próximo.

Estamos, portanto todos nós que fazemos a Administração Municipal de Araripe, orgulhosos e felizes por mais essa iniciativa da nossa Secretaria de Educação, certos de que as gerações futuras colherão os frutos e disseminarão as sementes e saberão entender os propósitos deste magnífico trabalho.

Araripe, 07 de julho de 2005,

Francisco Humberto de Menezes Bezerra

Sumário

Apresentação.....	
Introdução.....	
Parte 1 – Educação Araripense. Diagnóstico: a escola que temos.....	TR
1 Indicadores Sociodemográficos.....	
2 Indicadores Educacionais.....	
2.1 Educação Infantil.....	
2.2 Ensino Fundamental.....	
2.3 Ensino Médio.....	
2.4 Ensino Superior.....	
2.5 Educação de Jovens e Adultos.....	
2.6 Educação Especial.....	
2.7 Funções Docentes e Formação.....	
2.8 Estabelecimentos de Ensino.....	
2.9 Rendimento Escolar.....	
2.10 Gestão do Sistema Escolar, Transporte e Merenda Escolar.....	
Parte 2 – Humanizando a Escola, Construindo o Cidadão: princípios e objetivos.....	
1. Objetivos Gerais.....	
2. Objetivos Específicos.....	
Parte 3 – Crescer com Qualidade Programas prioritários: A Escola que Queremos.	
3.1 Universalização da Educação Básica nas localidades urbana e rural.....	
3.2 Desenvolvimento da Educação Infantil, implementação das políticas para jovens.....	
3.3 Redução do analfabetismo de jovens e adultos.....	
3.4 Garantia da qualidade da escola com foco na aprendizagem do aluno.....	

3.5	Garantia do domínio das habilidades de leitura, interpretação e escrita.....
3.6	Ampliação progressiva da jornada escolar.....
3.7	Aprimoramento do processo de formação e valorização dos servidores da educação.....
3.8	Modernização do processo da gestão e controle social do sistema de Ensino Fundamental.....
3.9	Aperfeiçoamento do processo da avaliação institucional e de resultados educacionais
3.10	Adesão e implantação do regime de colaboração Estado-Município.....
	Referências Bibliográficas.....

Siglas

I. Apresentação

O Plano Municipal de Educação é um instrumento de gestão da administração municipal, através de sua Secretaria de Educação para elaboração da Política Municipal de Educação para o período de 2005 a 2008, na definição das diretrizes governamentais para gestão do município, inspirado na Parceira, Humanização e Cidadania, Plano de Ação de Humanização, no Plano de Educação Básica do Estado do Ceará “Escola melhor, Vida Melhor”, do Plano Nacional de Educação – PNE, Constituição Federal de 1988, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº. 9.394/96, Estatuto da Criança e do Adolescente e Lei Orgânica do Município, no sentido de garantir a qualidade da escola com foco na aprendizagem do aluno, tarefa de todos.

Este Plano é fruto de um trabalho realizado por meio de um processo democrático participativo, construído com o envolvimento, em suas diversas fases, de variados segmentos sociais, dentre os quais: Conselho Municipal de Educação, a sociedade civil organizada, professores, núcleos gestores, Técnicos da Secretaria Municipal de Educação, Secretarias de Promoção Social, de Agricultura, de Turismo, Cultura, Esporte e Juventude, de Finanças, de Administração, de Assuntos Políticos, Conselho da Merenda Escolar, Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável, Associações Comunitárias, Banco do Brasil, UNESUA, (União dos Estudantes Secundaristas e Universitários de Araripe), Escolas Estadual e Privada, Representante da Universidade Vale do Acaraú (UVA), pais, alunos, funcionários e os três poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário; que contribuíram com sugestões, informações e propostas relevantes.

A partir da construção coletiva, a Secretaria Municipal de Educação de Araripe –SEMEA, sob a orientação da Secretaria de Educação Básica do Estado do Ceará -SEDUC e do 18º Centro Regional de Desenvolvimento da Educação -CREDE 18, numa conjunção de esforços, num trabalho de detalhamento técnico de propostas, elegeu como prioridade a garantia da qualidade escolar com foco na aprendizagem do aluno, a ampliação do ensino infantil e a inclusão social.

A efetividade e legitimidade do processo de execução desse plano dependerão dos atores envolvidos: escolas, gestores, professores, funcionários, alunos, pais e parcerias; não podendo nós, deixarmos de registrar que os desejos estabelecidos e a realização dos mesmos dependerão da garantia dos recursos financeiros e orçamentários do poder público, para traduzi-los em ação.

Ao estabelecer os objetivos, estratégias e metas, a SEMEA teve sempre em mente as fontes ordinárias do tesouro municipal, assim como aquelas extraordinárias previstas para o período em curso.

Temos que sonhar com os pés no chão. “O desafio agora é trilhar o caminho delineado nesse plano”.

Avançamos no acesso à educação, conquistamos uma escola mais aberta à comunidade, uma escola mais participativa, mais alegre... Mas muito ainda tem a ser feito, estamos apenas começando.

Precisamos e queremos mais. Necessário se faz que constituamos uma escola de qualidade, atrativa, onde todos os cidadãos tenham vez e voz, sentindo-se participantes ativos do processo educativo; uma instituição que prime pela efetivação plena do processo de ensino-aprendizagem, bem como, tendo em vista o aspecto da inclusão social, resgate a importância da escola, do ensinar e aprender, diante de uma demanda sem distorção idade-série, presente maciçamente nos bancos escolares.

O gestor municipal acredita na educação. E o seu compromisso com o povo no atendimento de uma política social de educação, se concretiza por meio do plano compartilhado pela comunidade, mesmo sabendo as limitações e as possibilidades da geografia e história do nosso município. Assim entrega oficialmente o Plano Municipal de Educação construído com a participação de todos os segmentos que depois de aprovado pela Câmara Municipal e por ele sancionado, garantindo assim a legitimação e legalização, cuja execução e avaliação é de todos os municípios.

“Acreditamos que para realizar uma grande mudança é preciso primeiro imaginar a grande mudança e então transformá-la num ambicioso projeto coletivo.

Acreditamos que a nossa intervenção deve levar em conta a história, a cultura, os valores existentes e o contexto.

Acreditamos que os integrantes da escola/comunidade são os agentes do processo de transformação desejada.

Acreditamos que nossa ação deve construir para a transformação cultural e profissional, impactando positivamente nos resultados.

Acreditamos que devemos ser claros e objetivos ao estabelecer junto com os responsáveis, as bases da mudança pretendida.

“Acreditamos que a nossa ação deve preparar seres humanos, resgatar as coisas simples e verdadeiras, cheias de virtudes e valores, crescer com nossas crianças.”

Araripe, 08 de julho de 2005.

Maria Heliane Correia Vileicar
Secretária de Educação Municipal

II. Introdução

O Plano Municipal de Educação de Araripe tem como fonte norteadora para o período entre os anos de 2005 e 2008, os princípios da Parceira, Humanização e Cidadania, identificando a atual proposta da gestão municipal, dando continuidade às conquistas construídas pela administração anterior.

Inseridos no contexto da política do Estado do Ceará, que preconiza que o estado “investirá no ensino com qualidade, na perspectiva da educação permanente e do aprendizado contínuo, garantindo-se o domínio das habilidades de leitura, interpretação e escrita” (Ceará, 2003, p: 82). O município de Araripe elabora a sua política municipal de educação inspirada no preceito em questão e nas necessidades locais levantadas nas diversas assembleias populares e análises do diagnóstico realizadas através de indicadores de desempenho escolares.

Com base nessas informações que aponta para baixo nível de desempenho escolar urge o redirecionamento da política educacional municipal, tendo como desafio central na qualidade da escola com foco na aprendizagem do aluno e o aumento da oferta de vagas no ensino infantil de qualidade e a inclusão social.

A nossa ênfase na qualidade do ensino desafia a quebra do paradigma do baixo desempenho das escolas públicas, através de políticas que promovam aprendizagem correspondente aos domínios cognitivos básicos. O caminho é resgatar – essência da escola – o processo de aprendizagem como instrumento essencial da cidadania.

A educação tem, nesse cenário, papel fundamental, sendo a escola o espaço de construção do conhecimento básico, prosseguindo estudos anteriores – a iniciação no mercado de trabalho. Uma escola comprometida, organizada, voltada para o pleno exercício da cidadania, sendo um ambiente de promoção da pessoa humana, onde lhe assegure o direito de aprender, favorecendo sua caminhada rumo à ascensão social, frente às novas exigências do mundo globalizado.

Época de conhecimento de mundo, expectativas sobre processos de formação humana, inclinada às diversas modalidades de serviços educacionais, tempo escolar ampliado, alfabetização científica e tecnológica, que tenha como resultado uma escola melhor.

Ao reconhecermos a importância da Educação para o pleno desenvolvimento humano e social, o crescer com qualidade do nosso município, condiciona-se a efetivação do Plano Municipal de Educação no delineamento das propostas:

- Ensino de qualidade;

- Desenvolvimento da Educação Infantil
- Inclusão social, digital e políticas de inclusão para jovens e adultos e portadores de necessidades especiais;
- Melhoria dos espaços físicos das escolas;
- Democratização da Gestão do Ensino e controle social;

Numa ação partilhada entre governo e sociedade.

Parte 1
Educação Araripense
Diagnóstico: A escola que temos.

1.1 - Identificação do Município

O topônimo Araripe aplica-se à Chapada que se estende entre Ceará e Pernambuco. Em tupi, seria rio das araras, mas como não se aplica a rio e sim a planalto, a explicação etimológica mais provável é a de que a palavra se compõe de ARA= dia, tempo, mundo e mesmo claridade; e ARI= o começo, o nascimento, o começar ou nascer do dia e mais PE= lugar onde.

Criado pela lei nº. 1.359, de 5 de novembro de 1870, o Distrito de Araripe foi desmembrado do Município de Assaré a que pertencia, pela Lei nº. 1661, de 3 de agosto de 1875, constituindo-se comuna independente com o nome de Brejo Seco.

A parte desmembrada do município de Assaré, compreendia grande porção do Planalto da Serra do Araripe, nos limites com o Estado de Pernambuco, e se completava com terras do sopé dessa montanha. O art. 1º da lei nº. 2.172, de 23 de agosto de 1889 mudou a denominação para Araripe, que daí por diante se conservou.

Extinto pela lei nº. 523, de 19 de julho de 1889, foi restaurado pela lei de nº. 798, de 11 de agosto de 1905. Novamente suprimido, agora pelo decreto nº. 193, de 20 de maio de 1931, teve seu território anexado ao de Campos Sales, mas o decreto nº. 1.540 de 3 de maio de 1935, definitivamente o restaurou.

A vila passou à categoria de cidade, em virtude do Decreto Lei nº. 448, de 8 de dezembro de 1938.

Pela Lei nº. 1.359, de 5 de novembro de 1870, através de seu art. 2º, criou-se a Freguesia elevando-se a capela à categoria de matriz de Santo Antonio, compreendendo o Distrito de Paz de Brejo Seco e Poço da Pedra, então pertencentes à de Assaré. Instituída canonicamente, em 1º de dezembro de 1871, pela Provisão de D. Luís Antonio dos Santos, primeiro Bispo do Ceará, seu primeiro vigário, Pe. Antonio Pereira de Oliveira Alencar, removido da Co-Adjuntoria de Lavras, bem como organizou a nova Paróquia, até ser substituído, em 1885, pelo Pe. Francisco Alexandrino de Alencar, seu irmão, que regeu até 16 de maio de 1908, quando faleceu.

A forma de ocupação do campo está baseada no desenvolvimento do setor primário com a prática das atividades agrícolas, pecuária e do extrativismo vegetal. Na agricultura, o cultivo da mandioca é destaque no cenário da região sul do estado do Ceará. Outras atividades do setor agrícola também são desenvolvidas no município, como o cultivo do feijão e do milho.

O extrativismo vegetal é feito com a extração de espécies vegetais para a fabricação do carvão-vegetal, o uso da lenha para atender as necessidades dos moradores da zona rural. Outras culturas contribuíram para a forma de ocupação do município. O cultivo da cana-de-açúcar, do algodão, contribuiu de forma expressiva para a economia local. Nos últimos anos essas culturas foram extintas, dando lugar ao cultivo da mandioca.

Com um Produto Interno Bruto (2004) de R\$ 27.327,58 milhões, está distribuído: na agropecuária (29,22%); insipiente industrialização (10,29%) onde se destaca o frigorífico industrial de ovino-caprino, referência da região; pequeno parque industrial e um comércio/serviço (60,49%) em franco desenvolvimento (estabelecimentos comerciais de varejo 335– estabelecimentos comerciais de atacado 02).

No setor bancário o município é servido por uma agência (Banco do Brasil) e dois postos de serviço (Caixa Econômica e Bradesco).

Destacamos ainda o alto valor de benefícios da Previdência Social que adentra no município (R\$ 10.426.561,73) e o PIB per capita de R\$ 1.318,07 (2004).

Atualmente o município está sendo coberto com uma rede poços profundos, notadamente na Chapada do Araripe, que por certo modificará a agricultura irrigada.

1.2 - Caracterização Física do Município

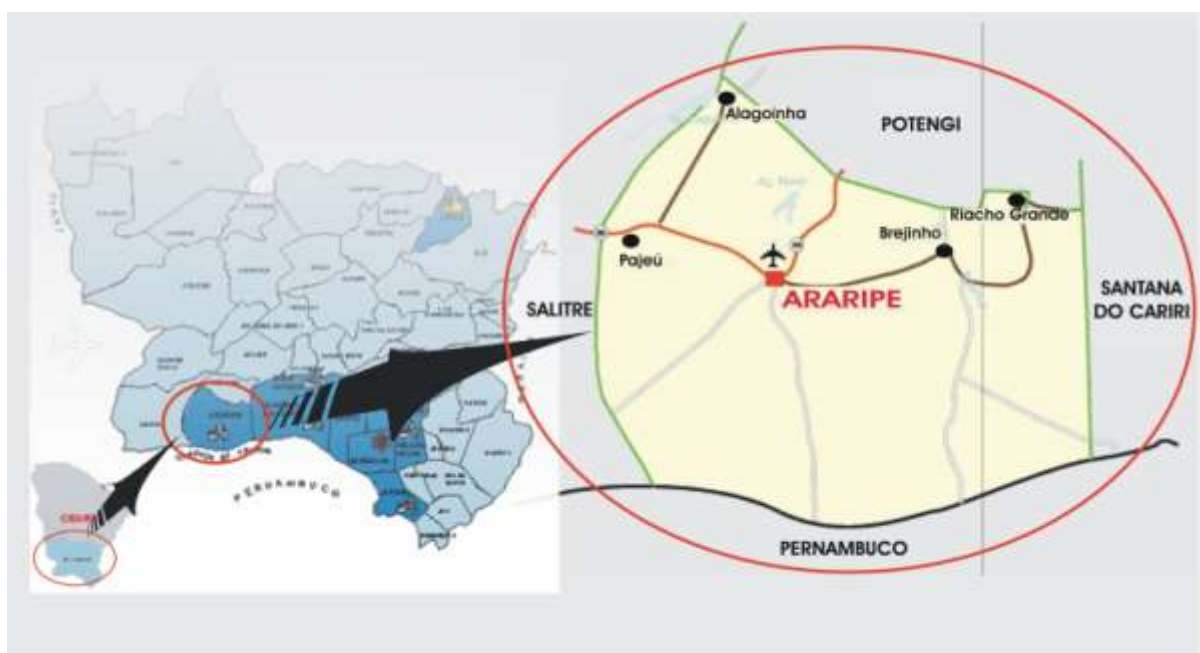
O município de Araripe localiza-se na região sul do Estado, pertence à Região Administrativa 18^a, a mesorregião do sul cearense e a microrregião da Chapada do Araripe. A altitude da sede é de 605,78m em relação ao nível do mar. A área total do município é de 1347 km² (IBGE), Sua população estimada em 2004, segundo o IBGE é de 20.733, com uma densidade demográfica de 15,34 hab/km².

Partindo de Fortaleza, os principais acessos rodoviários a Araripe são CE-060, CE-375 e a CE-292, distante 558 km. A distância em linha reta é de 421 km. A distância do município de Araripe aos principais centros urbanos da região, como o município de Juazeiro do Norte é de 100 km; do município de Crato é de 87 km e do município de Campos Sales é de 34 km.

O município tem como coordenadas geográficas a latitude 7°12'45''s e longitude de 40°02'46''s. Limita-se ao norte com o município de Potengi, ao sul, Estado de Pernambuco; a leste, Santana do Cariri e, oeste, Salitre.

A divisão administrativa do município é formada pela sede e os seus quatro distritos: Brejinho, Riacho Grande, Alagoinha e Pajeú.

Figura 1. Localização do Município de Araripe.



O clima do município é semi-árido, com temperaturas médias das máximas de 33°C e médias das mínimas de 25°C. A temperatura média anual varia de acordo com as estações do ano. No período de estiagem, que vai de agosto a dezembro, a temperatura média é de 33°C, no período de janeiro a julho a temperatura média é de 25°C.

A formação vegetal do município é composta de floresta caducifólia espinhosa (caatinga arbórea) abrange uma área de 255,9 km², caatinga arbustiva densa 426,5 km², carrasco 127,9 km² e floresta subcaducifólia tropical pluvial (mata seca) 42,6 km².

O solo predominantemente tem como características principais o lutossolo-amarelo; estrófico, distrófico-terra roxa; podsólico-vermelho-amarelo.

O relevo do município é formado pelo complexo cristalino-depressão sertanejo com formas planas ou levemente dissecadas em colinas de topos achatados e Bacia Sedimentar do Araripe.

A formação geológica do município se deu no período pré-cambriana inferior e médio (embasamento cristalino) e sedimentos cretáceos do grupo Araripe. Apresenta pequenas elevações, com denominações de chapadas planícies e pequenas depressões.

No que diz respeito ao armazenamento de água superficial, Araripe possui 21 açudes, com volume de 21.460 mil m³ e 20 poços cadastrados como reserva de água subterrânea, com disponibilidade de 353.226 m³/ano.

De acordo com a FUNCEME – Fundação de Meteorologia e Recursos Hídricos do Ceará, os recursos hídricos compõem-se basicamente da Bacia Hidrográfica do Rio Jaguaribe (1.042,5 km²), que abrange 100% do Município e 7 lagoas (2.500 mil m³).

No que diz respeito ao armazenamento de água superficial, Araripe possui 21 açudes, com volume de 21.460 mil m³ de água. Ressalte-se, ainda, que o Município conta com 20 poços cadastrados como reservas de água subterrânea, com disponibilidade de 352.226 m³ de água / ano. E, que se encontra em início de funcionamento um poço profundo com disponibilidade de 1 milhão de m³ de água / ano, que irá abastecer as cidades de Araripe, Campos Sales e Salitre.

Araripe é conhecido como Berço Espeleológico do Cariri, por possuir a segunda maior gruta do Estado e a maior da Chapada do Araripe, apresentando forte potencial para o turismo ecológico.

Com relação ao abastecimento d'água dos domicílios, conforme dados do SIAB, o mesmo é realizado pela Rede Pública oriunda da CAGECE em 2.127 domicílios (43%) (ano 2002); realizado por poço ou nascente em 915 domicílios(18,5%) e por outras formas em 1.898 domicílios(38,5%). Desta forma analisa-se que menos da metade da população tem fornecimento regular de água e que uma grande parcela da população (38,5%), utiliza outras

formas de abastecimento, através de carros pipa, acarretando grande escassez de água nestes domicílios.

A área de reserva florestal é composta de encostas de serras e substratos rochosos diversificados da cobertura vegetal e fauna. No município de Araripe temos uma APA (Área de Proteção Ambiental), a nível do município.

A área urbana do município é de 634,43 k m² e a área rural do município é de 713 k m².

O município tem característica própria. Sua população é pacata e acolhedora, apesar de suas deficiências econômicas, sempre está buscando no seu trabalho a sua sobrevivência e dos seus familiares.

A base econômica do município é a agricultura de subsistência, com pequenos roçados. Na área urbana, parte da população está ocupada em atividades do setor terciário, ligados diretamente ao setor público, comércio, etc. O setor secundário não é relevante, apenas mini indústrias incrementam a economia local.

A produção da cultura da mandioca é transformada e seu produto final como a farinha e a goma, são exportadas para outros municípios do estado e para outros estados da região Nordeste.

1.3 - ASPECTOS CULTURAIS

O município de Araripe dispõe de um diversificado acervo cultural. Entre os quais destacamos: Reis de Congo, que tem sua sede no distrito de Pajeú; Bumba-meu-boi, Caretas (Reisado de Couro), que tem como sede o distrito de Riacho Grande; e a Dança de São Gonçalo.

Além dos grupos citados, existem outras manifestações culturais: grupos de cantos religiosos, forró pé-de-serra, vaquejadas, semana do folclore, lapinha do natal e renovações no decorrer do ano (costume tradicional de algumas famílias da cidade e do campo).

Oferece ainda aulas de iniciação de instrumentos como flauta e violino. Existe uma banda filarmônica, composta por jovens da sede do município que se profissionalizaram, se deslocando para apresentação nos municípios vizinhos e nas festas do município.

A arte do teatro é muito incitada nas escolas, principalmente em aulas de Língua Portuguesa e Arte Educação, quando se realizam pequenas dramatizações e até pequenas peças que retratam o cotidiano apresentados em eventos escolares e/ou municipais. Sendo desenvolvidos através de quatro grupos de teatro, que movimentam as artes cênicas (destaque para a Paixão de Cristo de Alagoinha), um grupo de dança (Araridance), um grupo de Rock, um grupo que realiza o carnaval com a participação de cinco blocos tradicionais.

Contando com oito estabelecimentos sócio-culturais em funcionamento, dentre os quais se destacam: Biblioteca Municipal, Ilha Digital, Associação de Teatro Amador de Araripe e Associação de Artesãos de Araripe.

De acordo com o calendário do município, três datas são destacadas e relevantes para os cidadãos araripenses: Dia 13 de junho – Dia do Padroeiro - Santo Antonio; Dia 03 de Agosto – Dia do Município; e dia 05 de Novembro – dia do Aniversário de Frei Damião, que é muito venerado na cidade, havendo inclusive monumento em sua homenagem, localizado no topo de um morro que é conhecido por Cruz do Monte, por lá existir também uma cruz de cimento medindo mais de dois metros, avistada por todos os habitantes que circulam nas ruas da sede do município.

Na questão de esportes e lazer, as crianças e a juventude araripense se dedicam à prática de três modalidades esportivas; o futebol de campo, o futsal (masculino e feminino) e o voleibol.

A Secretaria Municipal de Educação - SEMEA em parceria com a Secretaria de Turismo, Cultura, Esporte e Juventude, realiza ainda o FEQUARIPE – Festival de Quadrilhas

de Araripe, promovendo a integração entre as escolas do município, preservando as tradições juninas.

O município de Araripe conta com o Conselho Municipal de Turismo e Secretaria de Turismo, Cultura, Esporte e Juventude – SETCEJ para desenvolver projetos e ações pertinentes à área cultural, que junto à Secretaria Municipal de Educação, buscam trabalhar a cultura local e o esporte, em parceria, como forma de não deixar cair no esquecimento a cultura local e incentivar e desenvolver as práticas esportivas.

1.4 - ASPECTOS POPULACIONAIS

A população de Araripe tem características originadas da grande miscigenação própria desde o Período Colonial do Brasil, que apresenta a mistura das três raças (índios, brancos e negros), que deram origem ao cafuzo, mamelucos, etc.

Segundo fontes históricas, a origem da população de Araripe surgiu da vinda de grupos de pessoas da região dos Inhamuns e do município de Icó, no referido estado do Ceará. Atribuir a origem da população de Araripe à região dos Inhamuns tem sentido, uma vez que a região sofre com a estiagem e a escassez de água forçam o povo da região migrar para outras áreas dentro do estado à procura de água e de sobrevivência

Segundo o Censo 2000, a população urbana do município é de 10.151 habitantes e a sua população rural é de 9.455, totalizando uma população geral de 19.606 habitantes.

No período de 1980 a 1991 houve crescimento populacional representado pela taxa geométrica de crescimento positiva de 1,45%. Comportamento semelhante foi constatado na zona urbana, que obteve acréscimo de 4,57%, provavelmente em função do fluxo migratório proveniente da zona rural, que por sua vez apresentou decréscimo de 0,15%.

Tabela 1. TAXA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO ANUAL

TAXA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO ANUAL (%) – 1980-1991		
TOTAL	URBANA	RURAL
1,45	4,57	-0,15

FONTE: IBGE, extraído do anuário Estatística do Ceará IPLANCE 1995/96, Secretaria de Planejamento e Coordenação do Estado do Ceará.

A população de Araripe cresce num ritmo como a população brasileira, com uma densidade demográfica de 15,34 hab/ km². Segundo estimativa do IBGE em 2000 a população de Araripe passou para 19.606 e em 2004 a estimativa foi de 20.733.

A população formada por crianças e adultos em idade produtiva (adultos na faixa de até 50 anos de idade), representa 82% da população, o que sugere a necessidade de maiores investimentos em educação e na geração de emprego e renda do município.

O município apresenta um inquestionável êxodo rural, comprovado com uma taxa de urbanização passando de 44,07% em 1995 para 51,71% em 2000, segundo o IBGE.

A migração inter-regional acontece de forma expressiva no município de Araripe, uma vez que, a migração se dá pelo fato de as pessoas saírem em busca de melhores condições de vida. Porém, o município ainda mantém o perfil agropecuário baseado no fato de que o setor

primário é responsável pela ocupação de 84% da população economicamente ativa do município.

Apresentamos abaixo quadros sinópticos da estatística populacional que possibilita, uma melhor visualização do processo populacional:

Tabela 2 - Evolução da população

Item	1991	2000	2004
População geral	17.409	19.606	20.733
População urbana	7.011	10.151	11.700*
População rural	10.398	9.455	9.033*
Densidade demográfica	12,92 hab/km2	14,56 hab/km2	15,34 hab/km2

* Estimativa

Fonte: IBGE

Tabela 3 - População Total Estimada - Por Idade

Grupos de idade	Números		
	2002	2003	2004
0 a 3 anos	2179	2209	2240
4 a 6 anos	1545	1567	1589
7 a 10 anos	1416	1436	1456
11 a 14 anos	2477	2512	2547
15 a 19 anos	1304	1322	1341
20 a 29 anos	3249	3295	3341
30 a 39 anos	2267	2299	2337
40 a 49 anos	1714	1738	1762
50 anos e mais	4008	4064	4121
Total	20159	20441	20733

Fonte: IBGE - Censo Demográfico

O quadro da população por idade do município de Araripe nos mostra que na idade de 0 a 3 anos, temos uma população de 2.240 crianças e a creche só atende 415. Em se tratando da idade 4 e 5 anos o atendimento na pré-escola é de 525 alunos para uma população de 1.058 crianças.

Tabela 4 - Aspectos Sociais

Item	2001	2002	2004
Nº de domicílios	4.216	-	4.539
Domicílios c/ água	-	2.177	2.648
Domicílios c/ energia	-	3.343	4.789
Domicílios c/ saneamento	-	174	-

Fonte: IBGE/IPECE

No período de 1991 a 2004 houve um acréscimo populacional representado pela taxa geométrica de crescimento positiva de 2,72% em média.

Deixamos de apresentar dados referentes a alguns anos por absoluta falta de informações..

Em relação aos aspectos sociais acrescentamos que as famílias do município recebem água clorada em 2.142(43%) dos domicílios, realizam filtração em 1.354(28%) dos domicílios, fervura em 91(2%) dos domicílios e uma quantidade significativa de famílias, 1353(27%), utilizam água sem nenhuma forma de tratamento, o que representa um grande risco à saúde.

O Município apresenta um grave problema de saneamento básico, visto que o destino de fezes e urina ocorre à céu aberto na maioria dos domicílios, 2.747(56%). Apenas 144(3%) dos domicílios, utilizam sistema de esgoto e o sistema de fossa é utilizado em 2.049(41%) dos domicílios.

Da mesma forma, é grave a situação do destino do lixo no município. Apesar dos esforços da Secretaria de Obras, que realiza coleta sistemática na sede e em todos os distritos, o destino do lixo ainda ocorre à céu aberto em 62% (3.066) dos domicílios. A coleta pública ocorre em 25% (1.237) e o lixo é queimado ou enterrado em 13% (637) dos domicílios. 62% (3.066) dos domicílios. A coleta pública ocorre em 25% (1.237) e o lixo é queimado ou enterrado em 13% (637) dos domicílios.

Com o crescimento da população urbana, gerenciar os resíduos sólidos em um município exige grandes esforços, não apenas por parte do poder público municipal, como também de todos os segmentos da sociedade, tais como: repartições públicas e privadas, escolas, hospitais e, igrejas, etc. cada um desses segmentos atua de forma direta e relevante na geração de resíduos sendo, portanto, co-responsável na tarefa árdua de limpeza urbana.

De acordo com dados da Secretaria de obras do Município, são coletadas 12 toneladas/dia de lixo, o equivalente a uma produção de 0,830 kg/hab/dia.

O sistema de coleta é feito três dias na semana e em dias alternados, para atender toda sede do município. O lixo é coletado em caçambas e tem como destino o aterro controlado que fica a três quilômetros da sede do município.

Os distritos do município também são beneficiados com o sistema de coleta, sendo alternado nas terças e quintas-feiras, tendo como destino o lixão a céu aberto.

Nos sítios do município, a produção de lixo é incinerada.

Apesar de todo esforço do poder público municipal, ainda é possível observar terrenos baldios servindo de lixões, uma vez que grande parte da população não foi educada para tratar do seu lixo.

O município não dispõe de uma coleta seletiva. Embora já exista uma associação de recicladores que coletam produtos recicláveis e vendem para a cidade de Juazeiro do Norte, a 100 quilômetros do município.

O sistema de esgotamento da sede foi iniciado, mas ainda não foi concluído. Quando concluído beneficiará toda a comunidade da sede.

1.4 Educação Ambiental

A escola é um espaço social e o local onde o aluno dará seqüência ao seu processo de socialização. O que nela se faz, se diz e se valoriza representa um exemplo daquilo que a sociedade deseja e aprova. Comportamentos ambientalmente corretos devem ser aprendidos na prática, no cotidiano da vida escolar, contribuindo para a formação de cidadãos responsáveis.

Considerando a importância da temática ambiental e a visão integrada do mundo, no tempo e no espaço, a escola deverá oferecer meios efetivos para que cada aluno compreenda os fenômenos naturais, as ações humanas e suas conseqüências para consigo, para sua própria espécie, para outros seres vivos e o ambiente. É fundamental que cada aluno desenvolva as suas potencialidades e adote posturas pessoais e comportamentos sociais construtivos, colaborando para a construção de uma sociedade socialmente justa, em um ambiente saudável.

Com os conteúdos ambientais permeando todas as disciplinas do currículo e contextualizados com a realidade da comunidade, a escola ajudará o aluno a perceber a correlação dos fatos e a ter uma visão integral do mundo em que vive.

Compreendendo todo espaço escolar como meio de interação e construção contínua de conhecimento, os projetos propostos visam transformar o espaço escolar em um ambiente de construção de uma vivência ecológica através do “Projeto: Vida Verde”, com as ações :

- Desenvolvimento de oficinas nas escolas sobre Cultivo, Queimadas e Reflorestamento; “Meio Ambiente;
- Reativação do Grupo Protetores da Vida na sede do município com ampliação para as demais escolas.
- Programa no rádio sobre os Temas cumprindo o Calendário Ecológico de acordo com a SEMACE. (trabalhando também em salas de aula)
- Estudo da Geografia ambiental do município;
- Trabalho com o lixo e suas vertentes;

Mediante as ações, o objetivo maior da municipalidade é promover o crescimento e desenvolvimento sustentável da agropecuária, dando ênfase à agricultura familiar, como também na definição de ações para a implementação de infra-estrutura produtiva no meio rural, com vistas ao fortalecimento da agricultura familiar, através da racionalização e modernização das ações do setor rural.

1. Análise da Situação de Saúde

A Taxa de Mortalidade Infantil no Município de Araripe vinha decrescendo no período de 2000 a 2001, alcançando o coeficiente de 16,55 x 1000 NV neste último ano, sendo o mesmo inferior à meta proposta pelo Município e pelo Governo do Estado, de 25 x 1000 NV. Porém, no ano de 2002, esse coeficiente alcançou níveis bastante elevados de 32,20 x 1000 NV (Tabela 4). Tal fato é atribuído à múltiplas causas, dentre elas, fatores relacionados à saúde, como dificuldade de sustentabilidade das ações implantadas e implementadas para redução da mortalidade infantil e principalmente fatores relacionados às condições sócio-econômicas da população que não apresentam crescimento compatível com as ações que são desenvolvidas no setor da saúde. Soma-se a isso, o fato de que, o coeficiente de mortalidade neonatal passou de 5,98 x 1000 NV em 2000 para 17,04 x 1000 NV no ano de 2002. Isso significa que 50% dos óbitos em menores de 1 ano, ocorreram em crianças menores de 28 dias, e estes óbitos precoces apresentam causas complexas de mais difícil controle (Tabela 4).

Tabela 5 - Coeficiente de Mortalidade Infantil (CMI) e Coeficiente de Mortalidade Neo-Natal (CMNN) no período de 2000 – 2002 em Araripe.

Ano	CMI (x 1000 NV)	CMNN (x 1000 NV)
2000	17,93	5,98
2001	16,55	4,73
2002	32,20	17,04

Fonte: SIAB – Secretaria Municipal de Saúde / 2000 - 2002

O município vem desenvolvendo, desde o início de 2002, um Plano Intersetorial de Combate à Mortalidade Infantil.

A Taxa de desnutrição infantil em crianças menores de 2 anos, considerando o índice de peso/idade abaixo do percentual.

Tabela 6– Número e Percentual de Crianças Desnutridas menores de 2 anos no Período de 2000 – 2002 em Araripe.

Ano	Nº Crianças < 2anos	Nº Crianças Desnutridas	% Crianças Desnutridas
2000	937	122	13
2001	912	114	12,5
2002	844	107	13

Fonte: SIAB – Secretaria Municipal de Saúde / 2000 – 2002

O município conta com o Programa Bolsa Alimentação do Governo Federal e desenvolve ações locais de combate às carências nutricionais, como o Projeto “Ciranda

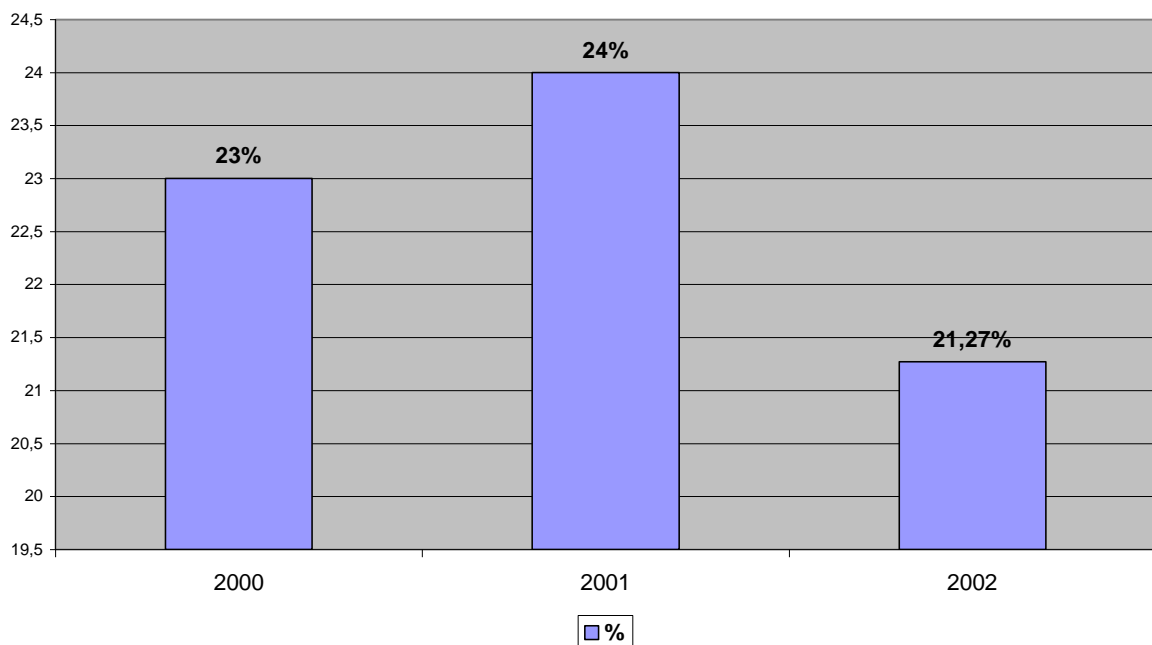
Cirandinha”. Este projeto visa atender de forma integral as famílias das crianças desnutridas com melhoria das condições de vida destas famílias.



O número de gestantes cadastradas no município em 2002 (SIAB), é de 221, e destas, 47 (21,27%) são menores de 20 anos. Este percentual de gravidez na adolescência, no município, vem apresentando pequenas variações nos últimos anos com redução no ano de 2002. O Município desenvolve ações contínuas para redução desse percentual, tais como Projeto Amor à Vida, Planejamento Familiar e Prevenção de DST / AIDS.

Gráfico 1.

% DE GRAVIDEZ EM ADOLESCENTES NO PERÍODO DE 2000-2002 EM ARARIPE



Fonte: SIAB – Secretaria Municipal de Saúde

De acordo com o Cadastro Familiar, realizado pelos Agentes Comunitários de Saúde, em 2002, o município apresentou 156 (1,19%) casos de alcoolismo, 02 (0,02%) carecendo trabalho educacional de prevenção aos nossos jovens igualmente preocupação em relação à prevenção das drogas.

Dados comparativos de algumas doenças de notificação compulsória, conforme dados do SINAN em 2001 e 2002, chamam a atenção para o grande número de doenças sexualmente transmissíveis e principalmente para o aumento do número de casos de Dengue em 2002. O município conta com um bom serviço de controle de DST's, o que favorece a notificação das mesmas e vem desenvolvendo um amplo trabalho junto ao Controle de Endemias e com a

comunidade, para alcançar índices satisfatórios de infestação do mosquito da Dengue e consequentemente o controle da doença.

Atualmente o município dispõe de sete equipes de PSF, sendo cinco equipes na zona rural e duas na zona urbana e três equipes de Saúde Bucal, com cobertura de 100% dos programas, as quais funcionam como porta de entrada na hierarquização dos serviços. Tabela 14:

A rede assistencial do município passa por um processo constante de transformação, na busca de se fazer cumprir os princípios do SUS, o que efetiva o compromisso com a melhoria da qualidade da assistência.

A administração através da secretaria de saúde conta com as seguintes unidades:

- ✦ **Hospital Lia Loiola de Alencar** – O mesmo realiza atendimento nas clínicas básicas, cirurgias de pequeno e médio porte e atendimento de urgência e emergência. o serviço avançado de telecardiologia, Dispõe também de serviço especializado de ginecologia e obstetrícia com realização de cirurgias de alta frequência, biópsias, etc. O serviço realiza ultrassonografia de mama, obstétrica, pélvica e transvaginal. Dispõe de Comissão de Controle de Infecção Hospitalar (CCIH).
- ✦ Conta também com um centro de Saúde, 5 postos de saúde, 13 minipostos e pontos de apoio distribuídos na zona rural, 01 centro de abastecimento farmacêutico, 01 centro de fisioterapia, 01 unidade de órteses e próteses

Com relação ao nível de utilização dos serviços, o município vem avançando significativamente nos últimos anos, na cobertura dos programas e serviços preventivos.

As ações implementadas no município, buscam a adequação da NOAS no modelo pré-existente, buscando assim, garantir as propostas governamentais envolvendo as sete áreas: controle Tb, Hanseníase, Hipertensão, Diabetes, Saúde Bucal, Saúde da criança e Saúde da mulher. Busca também a descentralização do controle de endemias e vigilância sanitária. Além de oferecer serviços de reabilitação e programa de órteses e próteses.

O relacionamento entre os profissionais ocorre de forma atuante, participativo e interagindo no processo da construção do SUS através de reuniões mensais com avaliação dos indicadores, propostas e sugestões etc. Todas as equipes recebem informações sobre a NOAS como também discutem as necessidades de se implementar as sete áreas de forma mais atuantes e efetivas.

No município, a população tem acesso direto aos serviços em cada localidade, graças ao trabalho das equipes do saúde da família e dos agentes comunitário de saúde, num trabalho voltado basicamente para a atenção primária à saúde.

A Secretaria de Saúde dispõe de profissionais conforme a tabela abaixo:

Tabela 7 - Número de profissionais de saúde por categoria do município de Araripe em 2005

Categoria Profissional	Número
Médico	11
Enfermeiro	9
Dentistas	05
Farmacêutico	01
Bioquímico	02
Fisioterapeuta	01
Assistente Social	01
Agente Comunitário de Saúde	42
Nível Médio e Elementar	91

Fonte: Sec. Municipal de Saúde / Administração – 2005

Os recursos laboratoriais do município incluem equipamentos modernos, para a realização de exames de pequena e média complexidade, incluindo hematologia, imunologia e microbiologia.

A Secretaria de Saúde é grande parceira da Educação do município desenvolvendo várias atividades intersetoriais com a educação com perspectivas de implantação, ampliação e intensificação das ações dentro de um grande projeto “Saúde na Escola” com ênfase ao projeto “Amor a Vida”.

ATIVIDADES TRABALHADAS DE FORMA INTERSETORIAL

- 1) ACOMPANHAMENTO DE DESNUTRIDOS
- 2) VIGILÂNCIA À SAÚDE – PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE
- 3) PROMOVER A RESILIÊNCIA
- 4) VIGILÂNCIA SANITÁRIA
- 5) SETOR DE OVITRAMPAS
- 6) CONTROLE DA DENGUE
- 7) GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA
- 8) PREVENÇÃO AOS MAUS TRATOS
- 9) PROGRAMA DE HANSENÍASE
- 10) PREVENÇÃO DE CÂNCER
- 11) SAÚDE BUCAL
- 12) PROJETO AMOR À VIDA

1.2 INDICADORES EDUCACIONAIS

A educação tem tido participação significativa no crescimento do Índice de Desenvolvimento Humano do Estado. Conhecer a dinâmica de seus vários aspectos é imprescindível para a definição de rumos. Assim sendo, esta seção irá tratar de indicadores referentes à Educação Básica (Ensino Infantil, Fundamental e Médio, nas Modalidades de Jovens e Adultos e Educação Inclusiva), Ensino Superior, funções docentes e formação, estabelecimentos de ensino, rendimento escolar e gestão do sistema educacional.

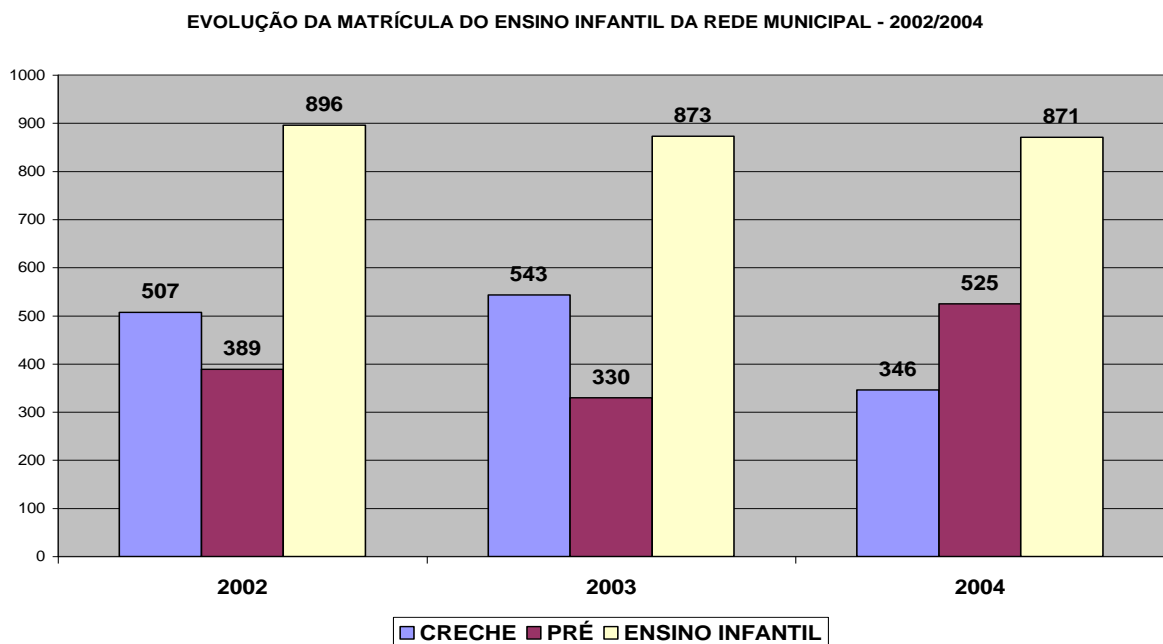
O município de Araripe assumiu gradativamente a Educação Infantil e o Ensino Fundamental de 1ª a 4ª série, mantendo-se o Ensino Fundamental de 5ª a 8ª séries como uma responsabilidade compartilhada com o Estado.

1.2.1 Educação Infantil

A Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, é de responsabilidade dos municípios (CF., Art. 211 e LDB, Art. 11). O município de Araripe desde o ano de 1997 começou a assumir essa etapa da educação que antes era junto com o Estado. Desde essa época, vem o município estruturando sua rede de atendimento, através das creches e pré-escolar.

Em 2002, o município atendeu em creches (2 a 3 anos), 507 crianças matriculadas e 389 na pré-escola (4 e 5 anos). Em 2004 passou a atender: nas creches 346 crianças e na pré-escola 525 crianças, como se pode ver no gráfico abaixo:

Gráfico 2.



Observando o gráfico verifica-se que a matrícula, quantitativamente, na Educação Infantil permaneceu instável apresentando uma queda acentuada junto a clientela das creches e um aumento em relação à pré-escola.

Em se tratando de estabelecimento educacional existem 05 creches e 10 escolas com pré-escolar em 2004, sendo 01 prédio construído para creche e 04 adaptados que não atendem aos padrões mínimos de funcionamento e nem a demanda existente constitui-se, pois, um grande desafio a adaptação e construção de novos espaços físicos para atender uma das maiores deficiências da Educação Infantil de Araripe, notadamente das áreas rurais e distritais.

Em relação à metodologia empregada junto à Educação Infantil da rede municipal de ensino, a equipe da SEMEA na busca da melhoria da qualidade, elaborou, implementou e avaliou suas propostas pedagógicas a partir das Diretrizes Curriculares Nacionais e Agenda 0 a 5 proposta pela SEDUC.

Procurando buscar a priorização da nossa Educação Infantil a Secretaria Municipal de Educação de Araripe - SEMEA vem articulando e integrando-se às Secretarias Municipais de Promoção Social, Saúde, Cultura e Turismo, para a elaboração do 1º. Plano Municipal de Desenvolvimento Infantil, com ações voltadas para a implementação das Políticas Públicas do Município, buscando entrelaçar o compromisso com as crianças araripenses de 0 – 5 anos.

No que tange às classes de alfabetização na rede pública municipal, a partir de 2003, o município inseriu no Ensino Fundamental crianças com 06 anos, caracterizando o Ensino Fundamental de 9 anos. Esta decisão pautou-se no reconhecimento de que a alfabetização é um processo, portanto não se pode restringir a um ano escolar. É de bom alvitre registrar que o município de Araripe implementou a Lei do Ensino Fundamental de 9 anos, encaminhada para aprovação da Câmara Municipal.

Nos últimos três anos aconteceu uma estabilização no acesso à Educação Infantil, o grande desafio é ampliar a oferta de vagas na zona urbana, nos distritos e zona rural, como também reformar e equipar as creches e salas de pré-escola, oferecer cursos e oficinas de modo a envolver toda comunidade escolar num trabalho com a Educação Infantil e promover a formação inicial e continuada do professor.

Considerando sua importância no cenário educacional, anexo a este Plano, o detalhamento do Plano de Desenvolvimento Infantil do Município.

Tabela 8 - Taxa de Escolarização na Educação Infantil – 2000 a 2004

Ano	População de 0 a 3 anos	Tx de Escolarização		População de 4 a 6 anos	Tx de Escolarização		Rede Municipal			
		Bruta	Líquida		Bruta	Líquida	Creche		Pré-escola	
							Matric.	Fora de faixa (%)	Matric.	Fora de faixa (%)
2000	1.988	0,0	0,0	1.504	31,3	30,6	0	0,0	470	0,0
2001	2.011	0,0	0,0	1.523	33,6	33,2	0	0,0	511	0,0
2002	2.034	24,9	8,6	1.540	25,3	23,4	507	65,5	389	7,2
2003	2.056	26,4	10,6	1.556	21,2	21,1	543	59,9	330	0,3
2004	2.078	16,7	9,9	1.572	33,4	33,4	346	10,5	525	0,0

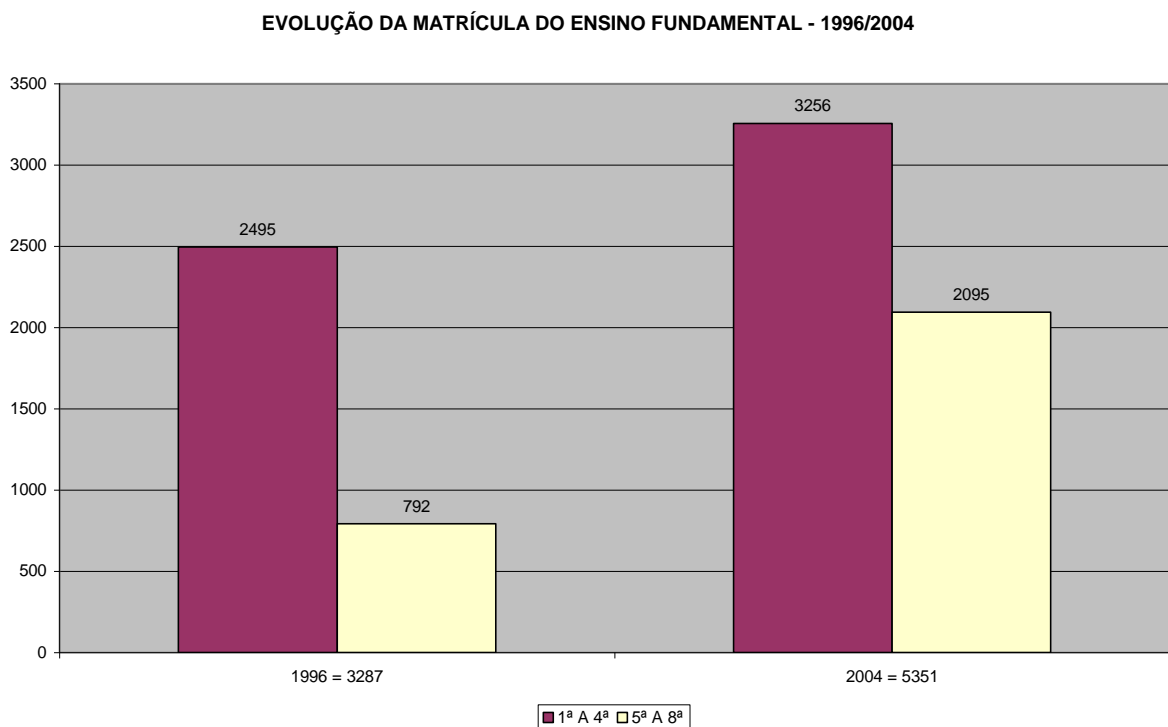
Fonte: IBGE

O baixo atendimento as nossas crianças dá-se por exclusiva falta de recursos, que são, em sua maioria, oriundos de convênios com a Secretaria de Ação Social do Estado do Ceará.

1.2.2 Ensino Fundamental

O Ensino Fundamental, etapa da Educação Básica gratuita e obrigatória, competência do Estado e do Município (C.F. art. 211 e LDB, art. 10 e 11), registra avanços significativos na distribuição de matrícula do sistema público municipal de ensino nos últimos anos. Em Araripe, a participação da oferta municipal cresceu tanto na etapa inicial quanto final deste nível de ensino, comportamento que pode ser verificado em termos percentuais: em 1996 o município respondia por 2.495 alunos da oferta da 1ª a 4ª Série e por 792 alunos da oferta da 5ª a 8ª série e em 2004, registrou-se um aumento para 3.256 de 1ª a 4ª e 2.095 de 5ª a 8ª, respectivamente. Os gráficos abaixo evidenciam o fato:

Gráfico 2.



Fonte: SEDUC 1996 – Censo Escolar 2004

Gráfico 3.

MATRÍCULA DO ENSINO FUNDAMENTAL - 1996

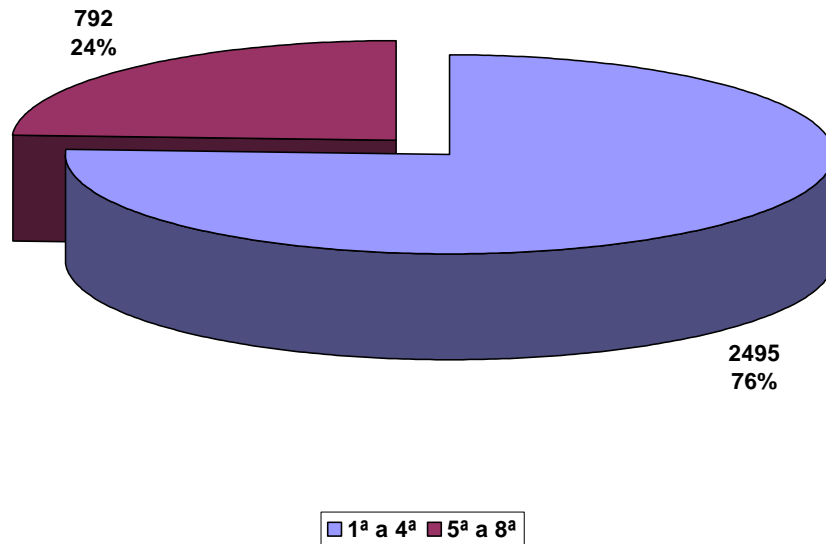
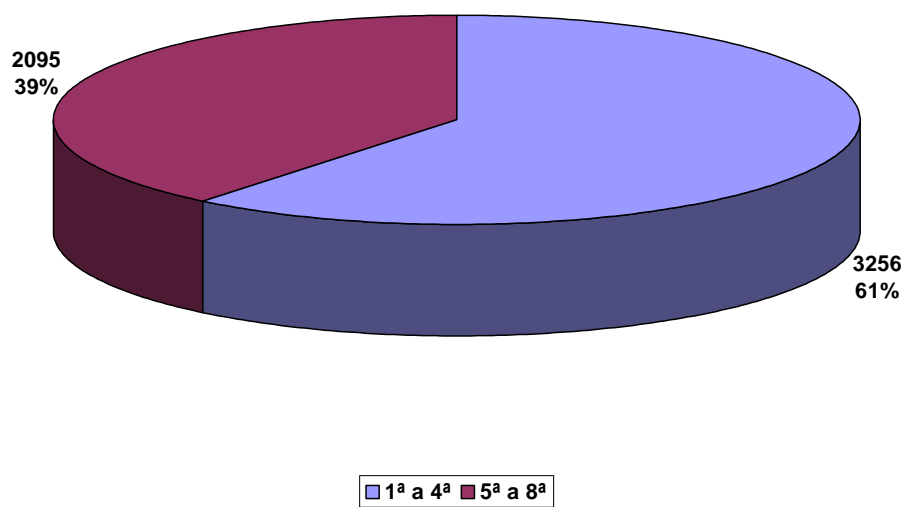


Gráfico 4.

MATRÍCULA DO ENSINO FUNDAMENTAL - 2004



Fonte: SEDUC 1996 – Censo Escolar 2004

No município foram matriculados no Ensino Fundamental na rede municipal em 2002, 5.377 alunos na faixa etária obrigatória, distribuídos da seguinte forma: etapa inicial 3.308 (61,52%) e na etapa final 2.069 (38,48%); em 2003 esta oferta foi de 3.282 (61,31%) na etapa inicial e na etapa final de 2.071 (38,69%); e no ano de 2004, 5351 alunos, sendo 3.256 (60,85%) na etapa inicial e 2.095 (39,15%) na etapa final.

Na rede estadual esta oferta foi de 5ª a 8ª série em 2002, 437 alunos; em 2003, 360 alunos, e em 2004, 243 alunos. O processo da universalização e municipalização do ensino na rede pública municipal assegurou a ampliação do acesso, ficando então 100% dos alunos do Ensino Fundamental das séries iniciais na rede municipal.

Gráfico 5.

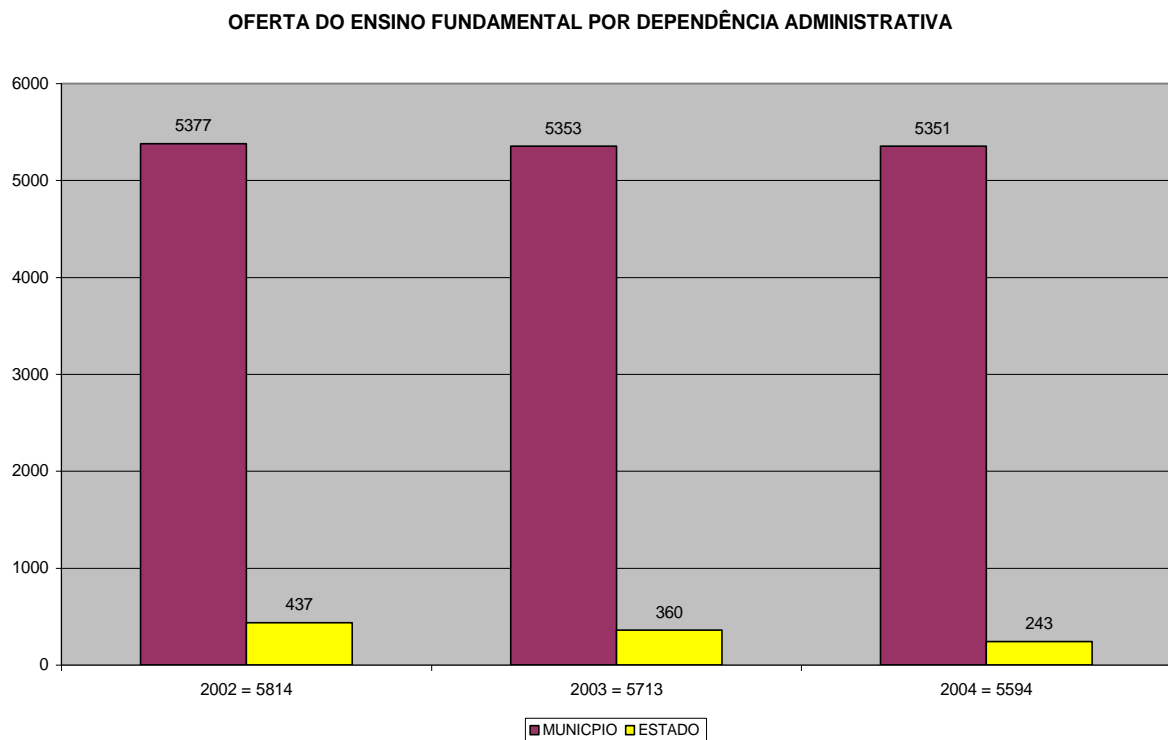
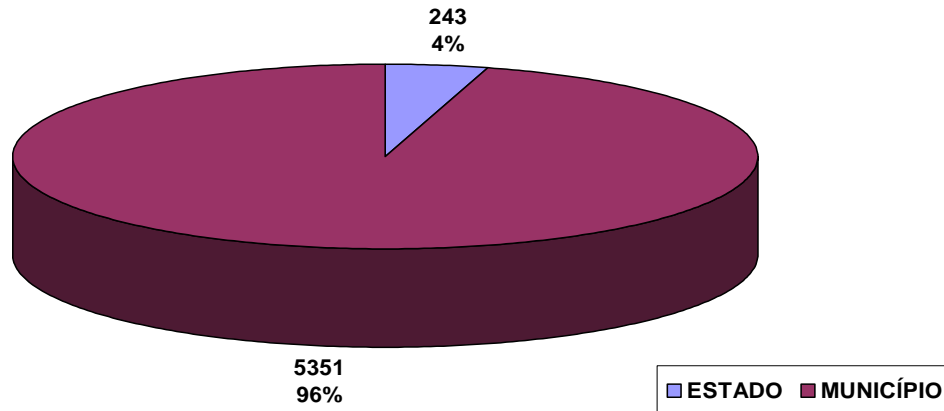


Gráfico 6.

OFERTA DE ENSINO POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA - ENSINO FUNDAMENTAL 2004



Atualmente o município mantém o equilíbrio da oferta de vagas ficando o desafio da melhoria do processo ensino-aprendizagem, através da qualidade do ensino.

Gráfico 7.

DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE NO ENSINO FUNDAMENTAL NA REDE MUNICIPAL 2000/2004

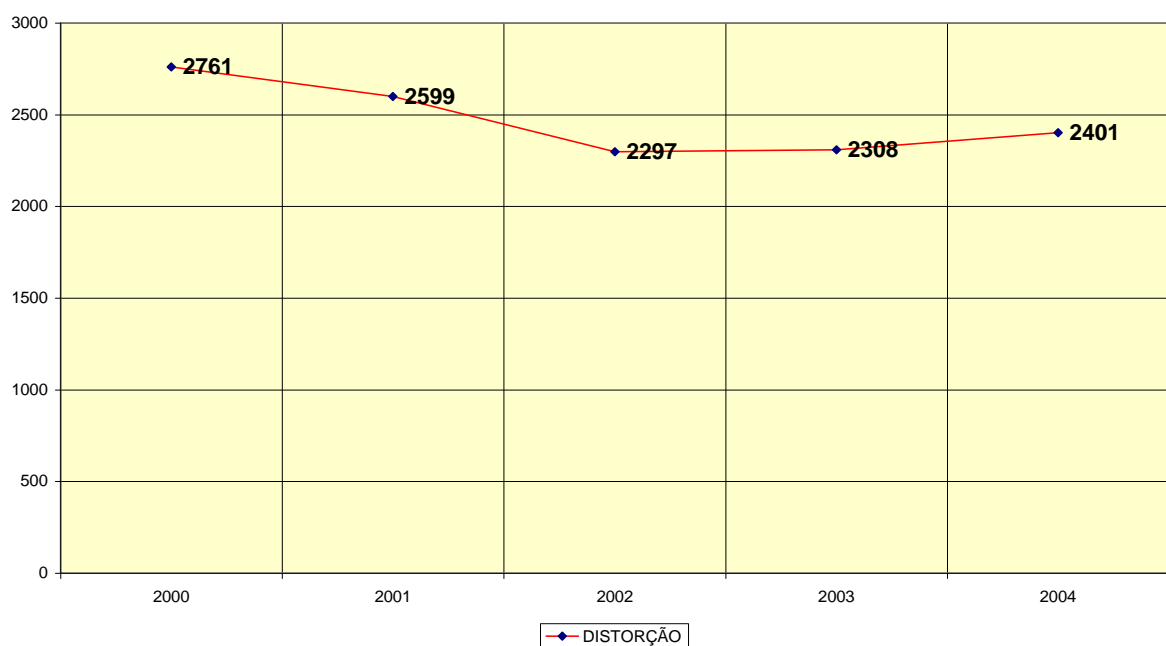
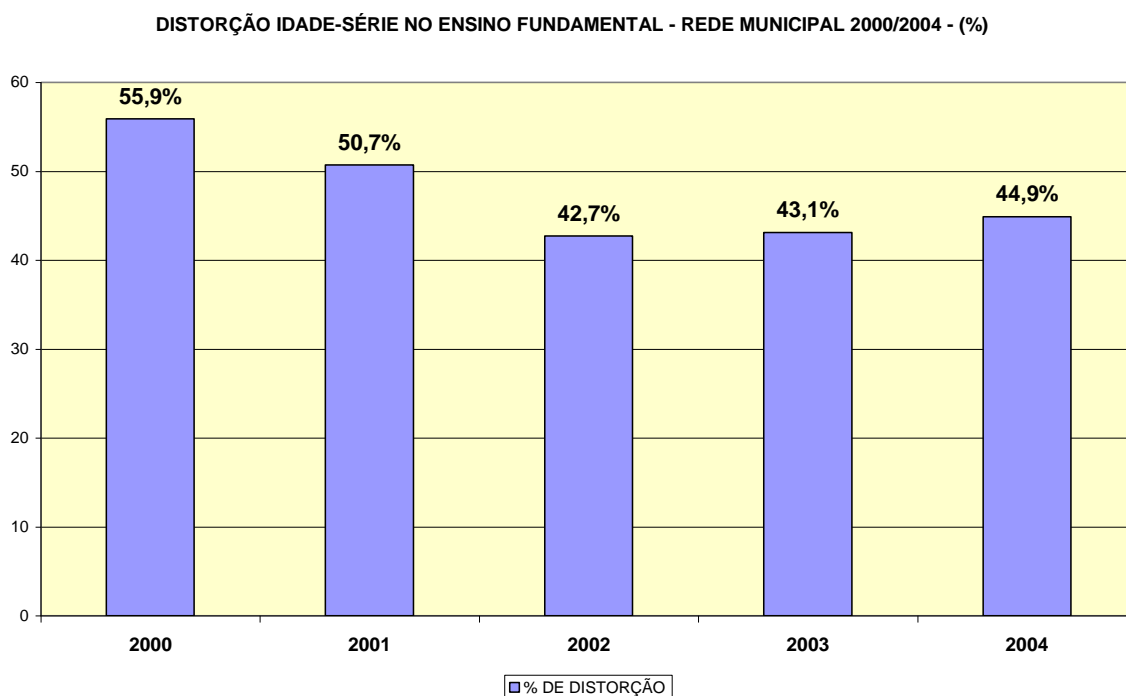


Gráfico 8.



Em relação aos índices de defasagem idade-série, em virtude do aumento ao acesso à escola, cresceu esse índice, facilmente observada no ano de 2000. Na seqüência conseguimos baixar esse índice em 2001 e 2002. Em 2002 a distorção era de 42,79%, em 2004 passou para 44,9%, como vemos inicia-se uma nova elevação desse índice. Como desafio o município implantará uma política de correção da distorção idade/série, logo no início do ano no período das matrículas, através de programas de aceleração e/ou redirecionamento para o Programa de Educação de Jovens e Adultos - EJA.

Os dados revelam que o processo da municipalização vem sendo de modo acelerado, apontando para a necessidade de regulamentação de mecanismos que garantam ações compartilhadas entre Estado e Município. Este é o desafio a ser enfrentado visando assegurar, de modo mais efetivo, a qualidade do serviço educacional ofertado pela rede pública.

Tabela 8 - População de 7 a 14 anos e matrícula do Ensino Fundamental
Total e de 7 a 14 anos – 2000-2004

Ano	população	Matrícula		Taxa de escolarização	
		Total	7 a 14	bruta	líquida
2000	4.141	5.818	3.975	140,5	96,0
2001	1.491	5.643	4.052	134,6	96,7
2002	4.239	5.814	4.253	137,2	100,3
2003	4.284	5.713	4.148	133,4	96,8
2004	4.329	5.594	4.167	129,2	96,3

Fonte: IBGE – Censo Demográfico

A tabela acima mostra a determinação do município em manter alto o nível de matrícula do Ensino Fundamental quer bruta, principalmente a líquida.

Tabela 9. Evolução do Quadro de Professores do Ensino Fundamental – 2000-2004

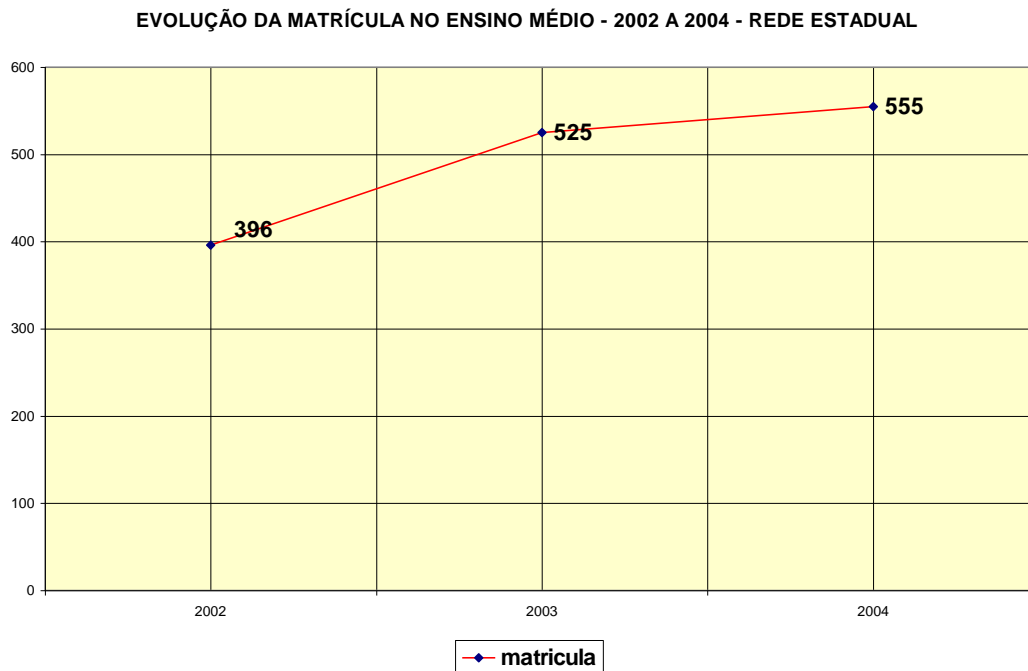
Ano	Municipal		Estadual	
	Total de Professores	% de Crescimento	Total de Professores	% de Crescimento
2000	125	-		
2001	125	0,00		
2002	141	12,80		
2003	120	-14,89		
2004				

Fonte: IBGE – Censo Demográfico / SEMEA

2.3 Ensino Médio

A matrícula do ensino médio no município concentra-se na rede estadual. Em 2002, 396 alunos foram matriculados; em 2003, 525 alunos; e em 2004, 555 alunos.

Gráfico 9.



Fonte: Censo Escolar 2002/2003/2004

Os indicadores observados apontam uma oferta de vagas do Ensino Médio de acordo com a demanda oriunda das oitavas séries do Ensino Fundamental, no entanto, não é suficiente para garantir a oferta de matrícula visto o município possuir apenas entre 14 e 19% de matrículas de alunos na faixa etária própria do Ensino Médio, bem como a melhoria no desempenho dos alunos.

Os dados apresentados sobre o Ensino Médio do município apontam para um dos desafios do presente, verificar o número de alunos que concluem o Ensino Fundamental, a demanda reprimida, oportunizando a inclusão em qualquer uma das formas de atendimento desse nível.

Outro desafio é implantar o Ensino Médio na zona rural e/ou distritos, em virtude do número de alunos bastante significativo que vem dessa região para a sede,

A descentralização das escolas de Ensino Médio para o interior do município contribuirá significativamente para a melhoria do desempenho do aluno, enquanto diminuirá o tempo despendido na viagem, conseqüentemente o seu desgaste físico; terá disponibilidade de tempo para desenvolver suas atividades escolares; permanecendo em sua localidade, além dos benefícios com a redução de custos com transporte escolar e a sua segurança pessoal, não se expondo a riscos de locomoção.

O número de alunos transportados dos distritos como Brejinho e Riacho Grande e suas zonas rurais, justifica um diagnóstico para verificação da possibilidade de descentralização do Ensino Médio da sede do município.

Tabela 10 - Evolução da evasão, aprovação e reprovação no Ensino Médio no período 2000 a 2004.

ANO	EVASÃO	%	APROVAÇÃO	%	REPROVAÇÃO	%	MATRIC. FINAL
2000	57	19,5	221	75,6	14	4,7	292
2001	56	16,1	255	73,4	36	10,3	347
2002	65	16,6	248	63,4	78	19,9	391
2003	155	32,0	245	50,0	85	18,0	485
2004	171	30,0	338	59,0	61	11,0	570

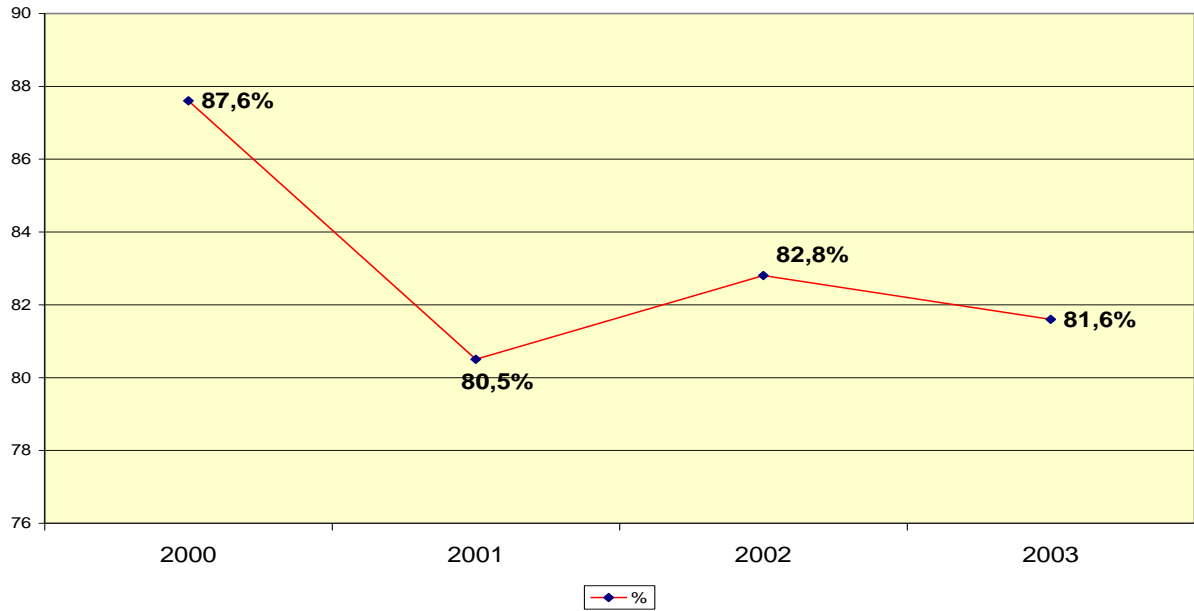
Fonte: SEDUC

Verificando os indicadores educacionais acima constatamos o elevado índice de evasão e , diminuição nos índices de aprovação.

O nosso grande desafio é buscar políticas que contribuam para a redução dos índices de evasão e reprovação.

Gráfico 10.

**% DE DISTORÇÃO IDADE/SÉRIE NO ENSINO MÉDIO
DA REDE ESTADUAL - 2000 A 2003**



Fonte: SEDUC

1.2.4 Ensino Superior

Embora não seja responsabilidade constitucional dos municípios custear ou manter o Ensino Superior, Araripe há 11 anos contribui para melhor formação profissional de seus jovens e profissionais.

Desde 1994 passou a custear parte do transporte dos universitários, naquela época em número de 6, para a cidade do Crato, onde cursavam faculdade na URCA.

No entanto, nas administrações anteriores 1997/2004, o ensino superior no município de Araripe passou a ocupar um espaço muito mais expressivo e maior amplitude.

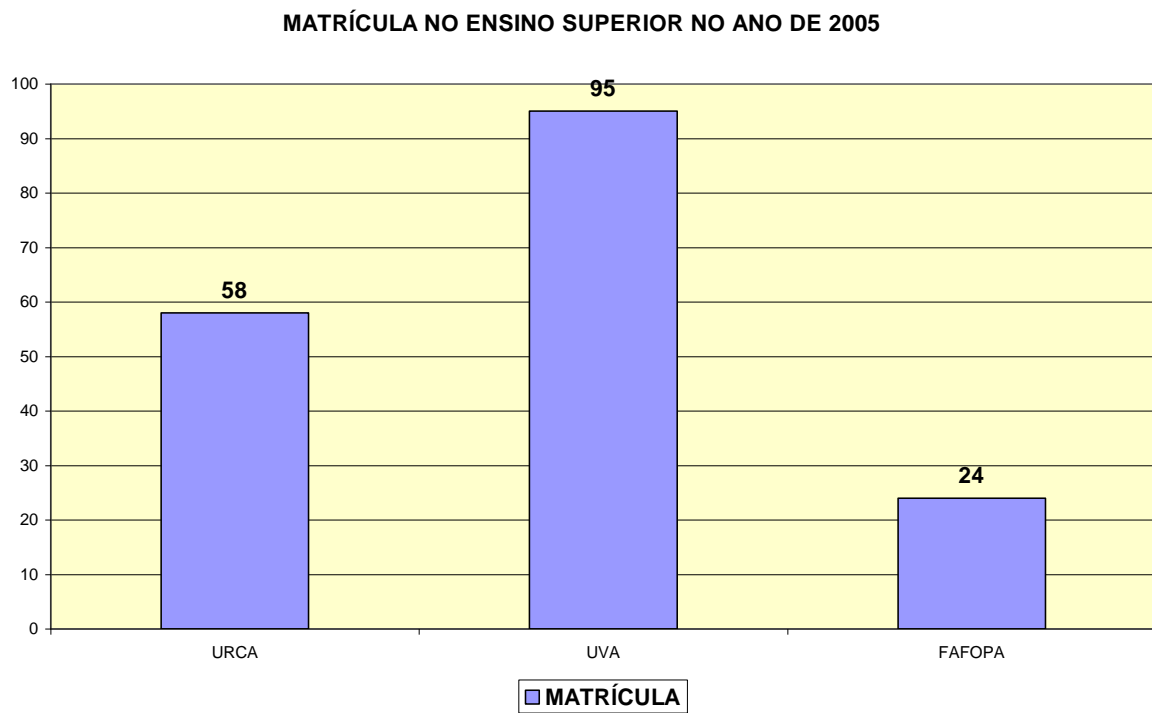
De início o pagamento total da despesas de transporte com deslocamento para Crato, Juazeiro e também Araripina no Pernambuco. Com isso o número de universitários Araripenses pula para mais de 50.

Com o comprovado interesse dos universitários é fundada a União Universitários e Estudantes Secundaristas de Araripe - UNESUA que passa a receber subvenção social e a gerir recursos repassados pelo município, para os custeamento da despesas dos universitários e manutenção de projetos de interesse social.

Com a instituição da LDB e do FUNDEF o município aumenta sua preocupação com a formação de seus profissionais do magistério e patrocina a graduação em Licenciatura Plena do Ensino Fundamental de metade de seus profissionais, em parceria com a Universidade Regional do Cariri – URCA, através da FUNDETEC, de 1999 até 2004, formando 78 (setenta e oito) , professores do seu quadro.

Atualmente o município custeia através de bolsas de estudo o acesso a universitários a 98 jovens aos cursos de Administração de Empresa (48) e Educação Física (50), que em contra-partida prestam serviços comunitários aos mais diversos setores sociais do município. Atualmente o município conta com cerca de 177 universitários, uma prova incontestável do investimento realizado neste campo de educação. contribuindo para a elevação do nível de escolarização dos municípios.

Gráfico 11.



Fonte: SEMEA, 2005

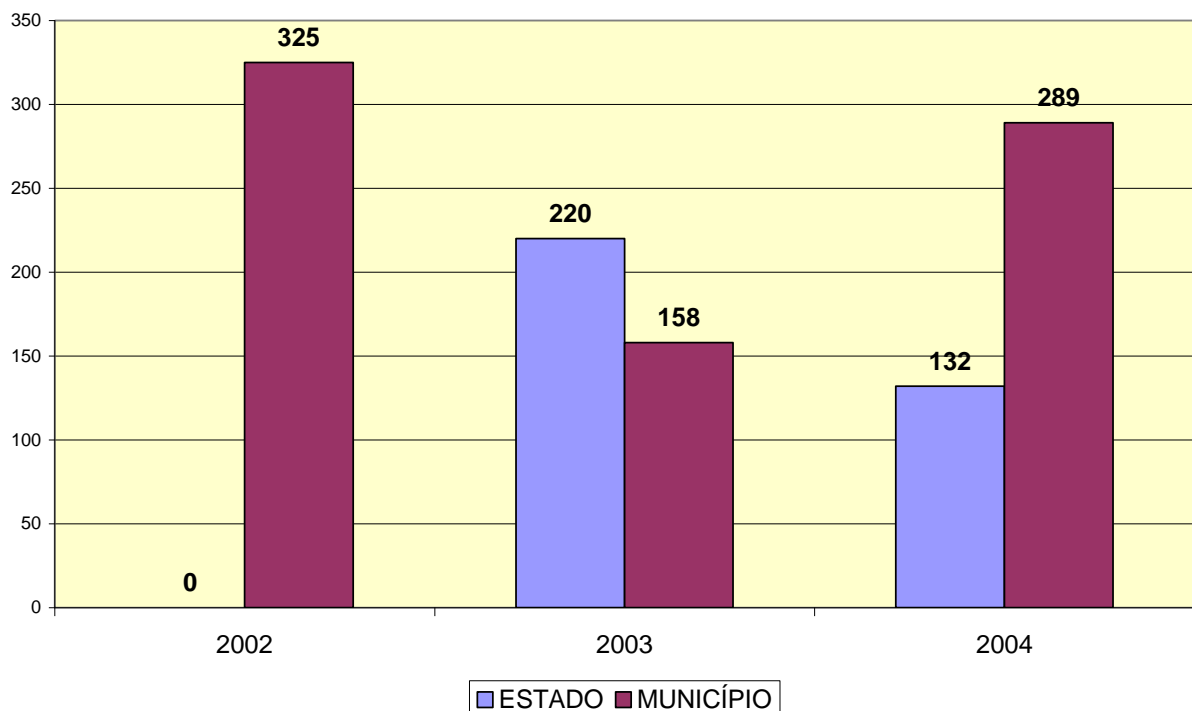
O gráfico demonstra o quantitativo de universitários araripenses subsidiados pela municipalidade, com recursos próprios, num total de 177 alunos.

2.5 Educação de Jovens e Adultos

A situação educacional do município de Araripe conforme o Censo do (IBGE 2000), registra uma taxa de 45,10% de analfabetismo. Verificando a população estimada pelo IBGE para o ano de 2004 num total de 20.733 habitantes e comparando com o número de analfabetos fornecido pela SEDUC, através do CREDE 18 de 3.903 encontramos uma taxa de 18,8% de analfabetismo. Registre-se o compromisso do nosso governo municipal, num esforço conjunto, reduzir em 27% os índices de analfabetismo em apenas 4 anos. Comungando com a política educacional do estado, na tentativa de erradicar o analfabetismo no município de Araripe, aderimos aos programas de “Brasil Alfabetizado”, atendendo a 11 turmas com um total de 259 jovens e adultos; a “Alfabetização Solidária” com 10 turmas e um total de 168 jovens e adultos; e o “Brasil Alfabetizado - Zabelê” com 08 turmas e um total de 163 alunos, perfazendo um total de 590 alfabetizados.

Gráfico 12.

MATRÍCULA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA - 2002 A 2004



Fonte: SEDUC

Ao lado da alfabetização de jovens e adultos há que se destacar também o esforço realizado na oferta de oportunidades que assegurem a continuidade dos estudos. Este tem ocorrido através da implantação do 1º segmento do EJA (1ª e 2ª série do Ensino Fundamental) e no Núcleo de Estudos Supletivos.

Como desafio do município, destacamos:

* A integração ao projeto Brasil Alfabetizado através do Programa “Alfabetização e Cidadania” desenvolvido pelo Governo do Estado do Ceará;

* Redução do índice de analfabetismo dentre os jovens e adultos na perspectiva da continuidade de estudos tendo em vista pelo menos a conclusão do nível fundamental da Educação Básica, e/ou programas de iniciação profissional.

1.2.6 Educação Especial

O direito à educação dos alunos com necessidades especiais, asseguradas na Constituição Federal, deve acontecer preferencialmente na rede regular de ensino (art. 208), consoante esta orientação de inclusão a LDB destaca a responsabilidade dos sistemas educacionais na definição de currículos, métodos, organização específica e professores com formação adequada para atender este segmento populacional.

A integração das pessoas com necessidades educativas especiais deve ser pensada como processo que permita a inclusão com responsabilidade. Para tanto, se faz necessário conscientizar toda a comunidade escolar: direção, corpo docente e discente, técnicos, funcionários e pais.

A escola inclusiva deve propiciar um atendimento especializado que permita ao aluno, mesmo inserido no ensino regular, receber apoio pedagógico e instrucional, segundo as suas potencialidades e necessidades. Quando o aluno não tiver condições de ser incluído no ensino regular, deve ser assegurado o atendimento especializado de forma específica na rede estadual e conveniada, complementado pelo acompanhamento interdisciplinar. Deverão ser garantidas, ainda, salas de apoio pedagógico que possibilitarão o atendimento aos alunos que apresentem dificuldades de aprendizagem temporária ou permanente, surgidas no âmbito do ensino regular e/ou da Educação Especial.

O município atende os alunos com necessidades educacionais especiais na rede estadual. Em 2002, 09 alunos foram matriculados; em 2003, 12 alunos; e em 2004, esse número se manteve.

De acordo com a população existente no município com necessidades educativas especiais, este atendimento não tem significação expressiva diante da demanda.

Cabe registrar, ainda, que na rede pública municipal atende a alguns alunos com necessidades especiais, sobretudo os portadores de deficiência física, com a intenção de incluir no ensino regular pessoas com necessidades especiais, de forma gradativa, buscando recursos financeiros externos para efetivar a escola inclusiva. Neste contexto o município tem grandes desafios em garantir a educação inclusiva:

- Capacitação de professores e gestores da educação dos conhecimentos e metodologias necessários para apoiar os alunos com necessidades educativas especiais;
- Apoio e eliminação de barreiras arquitetônicas e de comunicação nas escolas municipais e estaduais;

- Disponibilização de material didático e equipamento que ajudem a desenvolver a aprendizagem dos alunos com necessidades especiais.

É pensamento da SEMEA que a Educação Especial deve garantir o acesso, permanência com sucesso e terminalidade educacional da pessoa com necessidades educativas especiais. Do ponto de vista filosófico, fundamenta-se em valores éticos e sociais que defendem o princípio doutrinário de que “função da Educação é valorizar cada novo homem, como indivíduo e como ser social”, (MEC).

Para conscientizar as direções dos Centros Regionais de Desenvolvimento da Educação (CREDE), as Secretarias Municipais de Educação, Saúde e Promoção Social, diretores e professores de escolas, da necessidade de implantação de uma sala de apoio à princípio, para preparação dos professores, estudantes, crianças e adolescentes com necessidades especiais, pois não basta incluí-las na sala regular, mas sentir-se incluídas, fazer parte dessa escola como um todo. Nesse momento será trabalhado atividades diversas através de um profissional especialista ou que tenha noção de todas as deficiências (físicas, mental, auditiva e visual), preparando e focando todos os níveis de percepção, atenção e concentração, desenvolvendo e/ou aumentando suas habilidades cognitivas e a partir dessa proposta expandir também núcleos de educação especial em outros locais do município não só na escola.

A importância da sala de apoio e núcleos de atendimento na área da Educação Especial é uma alternativa de apoio institucional organizado e descentralizado, para assegurar o acesso e a permanência bem sucedida do aluno com necessidades educativas especiais em um ambiente educacional favorável – uma experiência integracionista compreendida em sua dimensão não só educativa, mas também sociocultural, com objetivo de favorecer o desenvolvimento das potencialidades do aluno e de sua participação na comunidade.

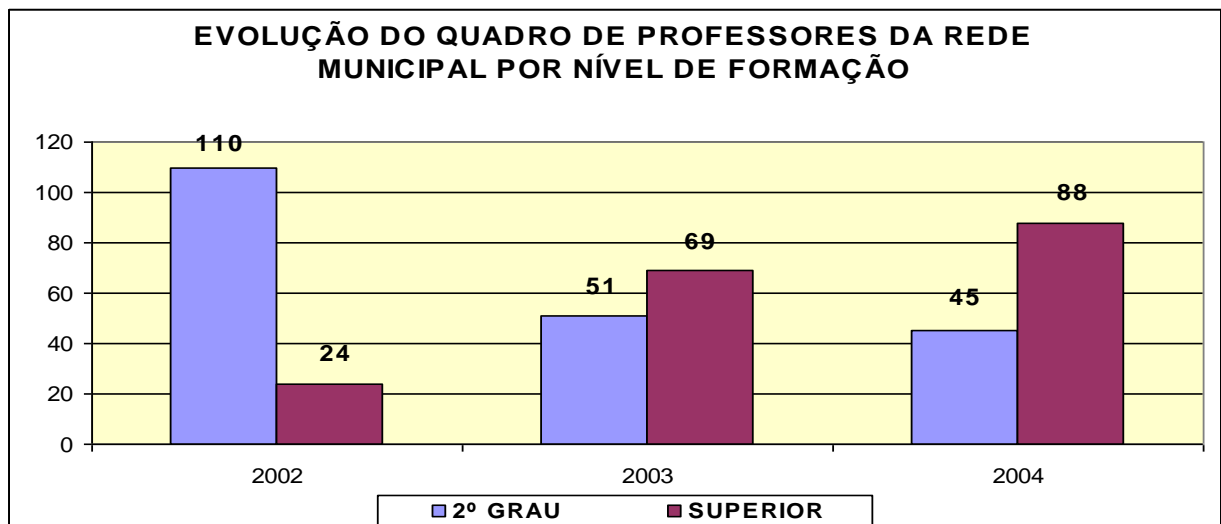
1.2.7 Funções Docentes e Formação

O conceito de função docente reporta-se ao efetivo exercício da atividade docente em sala de aula. Em 2003 o município registrou 120 professores na função docente na rede municipal, para um total de 5.353 alunos, resultando na relação de 01 docente para 45 alunos no Ensino Fundamental como um todo. Em 2004, com um total de 133 docentes e 5.351 alunos, resultando uma relação de 01 docente por 40 alunos no Ensino Fundamental, denotando o esforço do município de diminuir a quantidade de alunos por sala de aula buscando a melhoria na qualidade de aprendizagem do aluno.

O quadro de recursos humanos da Secretaria de Educação conta com **23 professores de Nível Médio e 110** com Nível Superior.

Os indicadores de função docente associado ao nível de formação dos professores oferecem uma visão dos desafios a serem enfrentados pelo poder público municipal no que diz respeito ao magistério. A LDB (Lei nº. 9.394/96) ao definir um prazo de 10 anos para a formação de todos os docentes da Educação Básica, em nível Superior, vem impulsionando iniciativas diversas voltadas para a formação inicial. O município viabilizou, através de parceria com a Universidade Regional do Cariri – URCA, curso de graduação na modalidade de Licenciatura Plena do Ensino Fundamental a 78 professores em 2 turmas e realizou oficinas pedagógicas, seminários, encontros pedagógicos, Formação Continuada de Professores de 1ª a 4ª série em Português e Matemática e a formação de gestores através do Progestão. O esforço empenhado resultou um crescimento significativo da qualidade docente. O gráfico 10 mostra a evolução no nível de escolaridade dos professores com formação Superior no município.

Gráfico 13.



Fonte: SEMEA

Face ao exposto, o desafio é gigante: formação de 100% (cem por cento) dos professores leigos até 2008; ingresso de profissionais da educação através do concurso público dentro do nível; revisão do Plano de Cargos e Carreiras; e a formação continuada em todas as áreas.

2.8 Estabelecimentos de Ensino

Em 1996, o município tinha 58 estabelecimentos de ensino, com 166 salas de aula, salientando-se que 50% destas salas destinavam-se ao pré-escolar. A disposição territorial e logística apontava necessidades de políticas visando à melhoria dos padrões básicos de funcionamento escolar e o desenvolvimento da aprendizagem dos alunos. Louve-se a administração municipal anterior que teve a coragem de encadear um processo de nucleação, reduzindo aos nossos números atuais (2004) de apenas 16 escolas da Educação Básica da rede municipal dispostas em 184 turmas do Ensino Fundamental e 33 do Ensino Infantil e 05 turmas de Educação de Jovens e Adultos (RECOMEÇO), num total de 223 turmas.

Na rede estadual contamos com uma escola localizada na sede do município, oferecendo 07 turmas do Ensino Fundamental maior, 15 turmas no ensino médio e 02 duas turmas para atendimento a crianças com necessidades especiais.

Tabela 11 Número de estabelecimentos de ensino por dependência de ensino

Dependência Administrativa	1996	2000	2001	2002	2003	2004
Estadual	02	02	02	01	01	01
Municipal	58	24	22	20	16	16
Total	60	26	24	21	17	17

Cabe registrar também que 132 (72%) das turmas do Ensino Fundamental funcionam na zona urbana, sendo que deste total apenas 51 (27,7%) turmas localiza-se da sede do município incluindo nestas áreas os 04 distritos que representam 81 turmas (61,4% da área urbana e 44% do total geral), e 52 (28%) das turmas localizam-se na zona rural. Esta configuração reforça a necessidade programas abrangentes e sistemáticos da colaboração entre os parceiros da educação.

Gráfico 14.

TURMAS DO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL
ZONA URBANA -2004

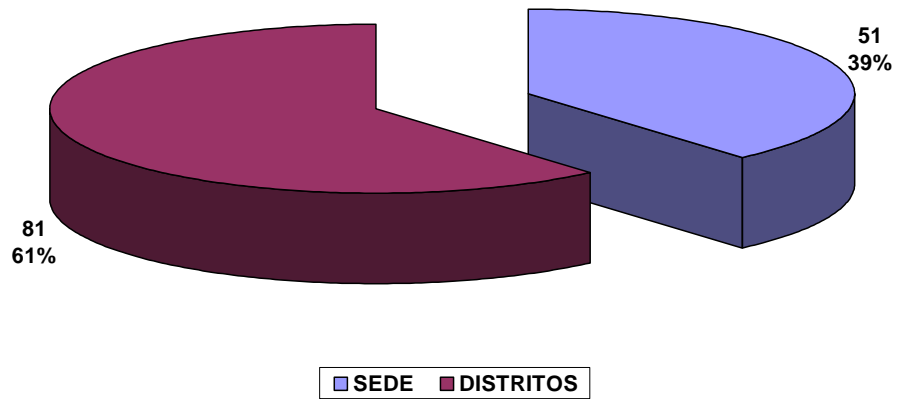


Gráfico 15.

TURMAS DO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL - POR ZONA 2004

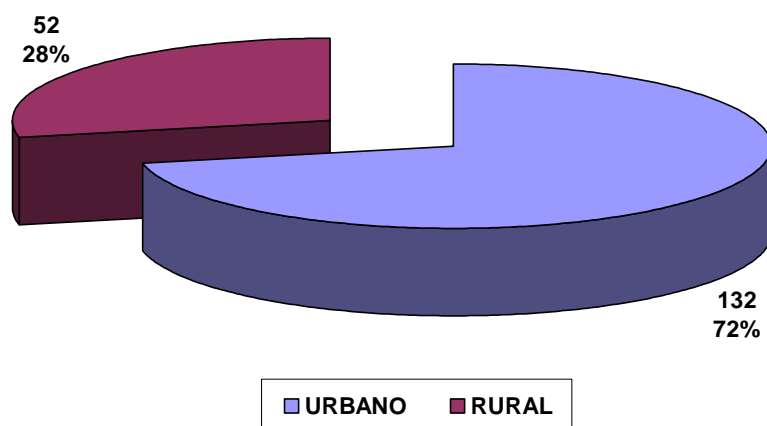
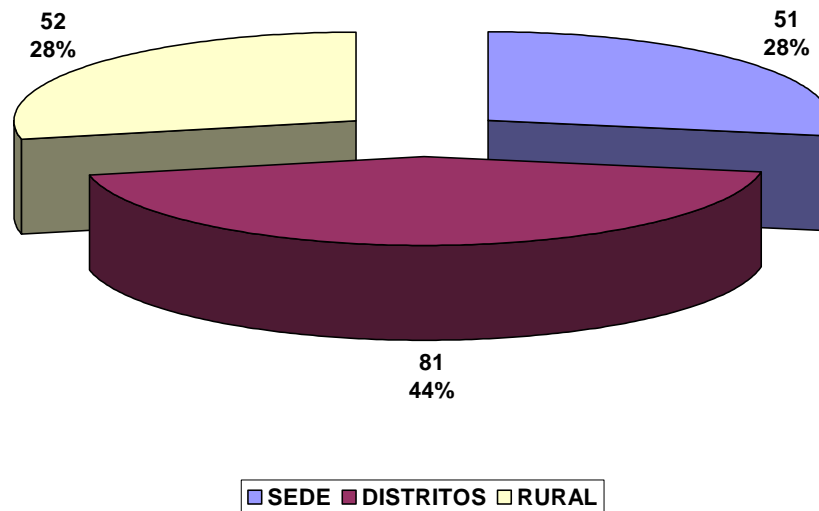


Gráfico 16.

TURMAS DO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL POR SUBDIVISÃO DE ZONAS - 2004



Como desafios prioritários a melhoria dos espaços físicos, através da construção, reformas, ampliação e adaptação, equipamentos, espaços para brinquedotecas, salas de multimeios e informática, e quadras poliesportivas e áreas de lazer, humanizando e tornando-as atrativas e agradáveis (nos níveis de Ensino Infantil e Fundamental). Estes desafios só serão possíveis de serem realizados, com apoio financeiro das políticas públicas federais e estaduais.

Existe a necessidade do detalhamento do déficit de salas de aula (espaço físico) na rede municipal que atende ao Ensino Fundamental, num total de 15 salas específicas para atividades pedagógicas, considerando, ainda, a utilização do regime co-gestão com o Estado na utilização de 07 (sete salas) na Sede, que com a previsão de aumento de matrículas no Ensino Médio tende a ficar impossibilitado de ceder esses espaços, e 27 para o funcionamento de laboratórios – informática/ciências e bibliotecas. Aqui registramos que existem computadores e livros em depósito esperando espaço para a sua utilização.

No Ensino Infantil essa realidade ainda é mais significativa. O Município mantém salas de aula de Creche e Pré-Escolar, sem atendimento as exigências mínimas do MEC, principalmente nos Distritos e zona rural, carecendo de reformas, ampliação e principalmente de construção de novas escolas infantis, até porque a maioria funciona em espaços adaptados, cedidos, não apropriados. Existem muitas crianças sem atendimento nessa faixa de idade, pela inexistência de espaços e falta de recursos específicos para esse nível de ensino.

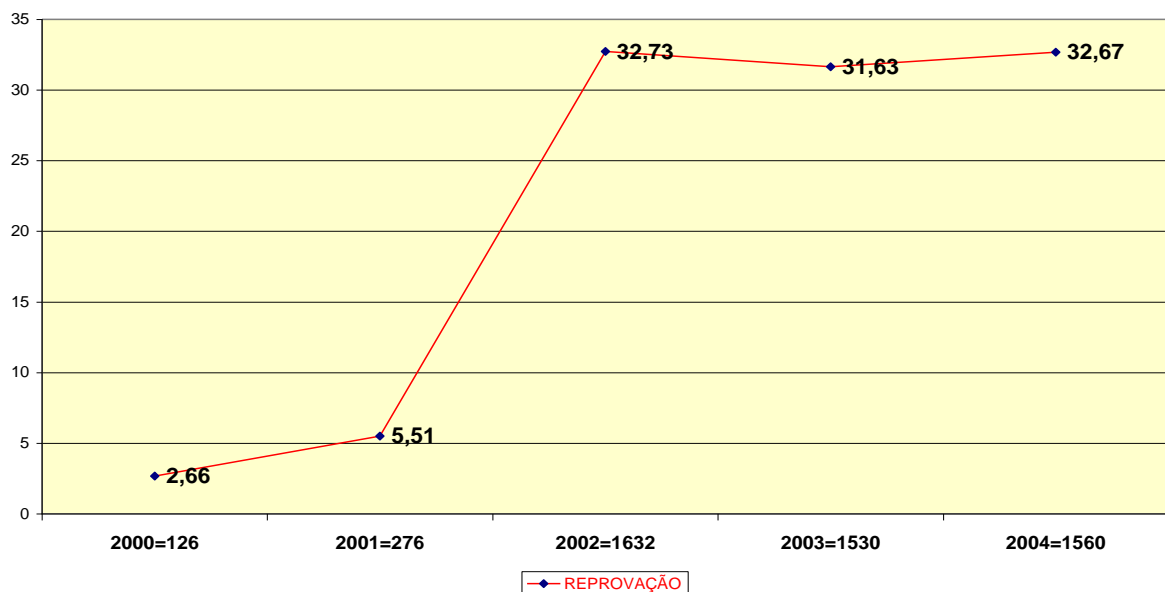
1.2.9 Rendimento Escolar

Se os indicadores relativos dos estabelecimentos de ensino chamam atenção para os desafios da melhoria dos padrões básicos de funcionamento escolar, aqueles ligados ao desempenho apontam para o desenvolvimento da aprendizagem do aluno como linha de ação prioritária da atual política educacional.

No município, 1.760 (32,73%) dos alunos na faixa etária obrigatória matriculados em 2002 no Ensino Fundamental foram reprovados e 6,81%, evadidos. Em 2003, 31,63% (5.353) dos alunos matriculados do Ensino Fundamental são reprovados e 9,15% , evadidos. Em 2004, 32,67% (5.348) matriculados no Ensino Fundamental, reprovados e 10,84% , evadidos.

Gráfico 17.

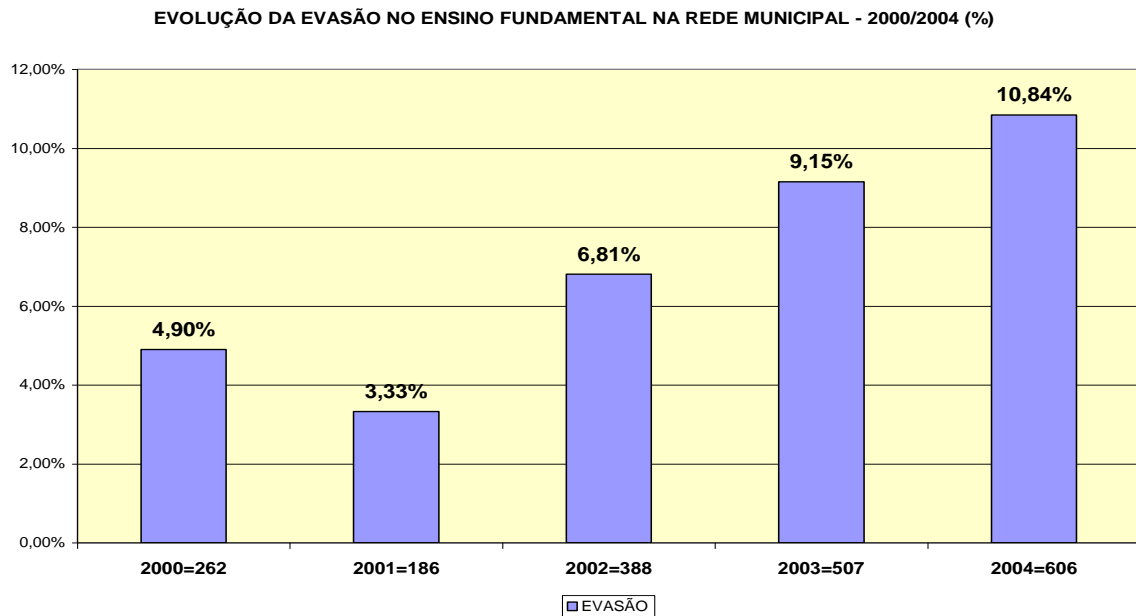
EVOLUÇÃO DA TAXA DE REPROVAÇÃO NO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL - 2000/2004



Fonte: SEDUC/Censo Escolar.

A grande distorção verificada no resultado de aproveitamento dos alunos de 2001 a 2002 e anos sucessivos, de 5,51% para mais de 30% dos índices de reprovação, foi resultado da interpretação errônea da LDB, em que todos os alunos deveriam ser aprovados. A partir de 2002 o município adotou a avaliação bimestral (provão), sistema de avaliação unificado que mostrou uma realidade em que alunos em séries adiantadas não possuíam as competências necessárias. A partir daí, passou-se a trabalhar a efetiva competência dos alunos, recuperando o tempo perdido.

Gráfico 18.



FONTE: SEDUC/Censo Escolar

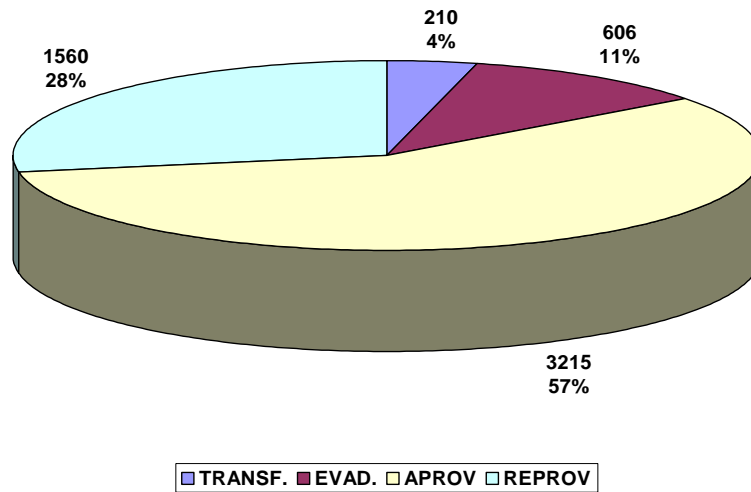
Embora as escolas da rede municipal não tenham participado do SPAECE em 2003, e a nossa participação em 2004 ainda não foi divulgada, sabemos que a nossa realidade não se distancia dos indicadores do Estado do Ceará.

O aqui exposto refere-se também as séries do Ensino Fundamental e Médio D. Carlota Távora.

Tomando como base os altos índices de reprovação acima de 30% do máximo aceitável, como desafio o município prioriza a melhoria da qualidade da escola com foco na aprendizagem, qualificação do professor, ampliação da jornada de aula, incentivo à leitura e à escrita, melhoria dos recursos pedagógicos, revisão dos currículos e a revisão dos processos de avaliação.

Gráfico 19.

**RESULTADO DO ANO ESCOLAR NO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL
- 2004 - MATRIC. GLOBAL (5591)**



Fonte: SEMEA

Para reverter estes indicadores, necessário se faz um compromisso político e de todos que fazem a educação sem excluir a família desta responsabilidade, para potencializar ações com propósitos únicos: o direito de aprender das crianças e jovens araripenses.

Ao analisar o gráfico abaixo verificamos o desperdício de recursos com a evasão e reprovação, num total de R\$ 1.207.978,00.

Gráfico 20.

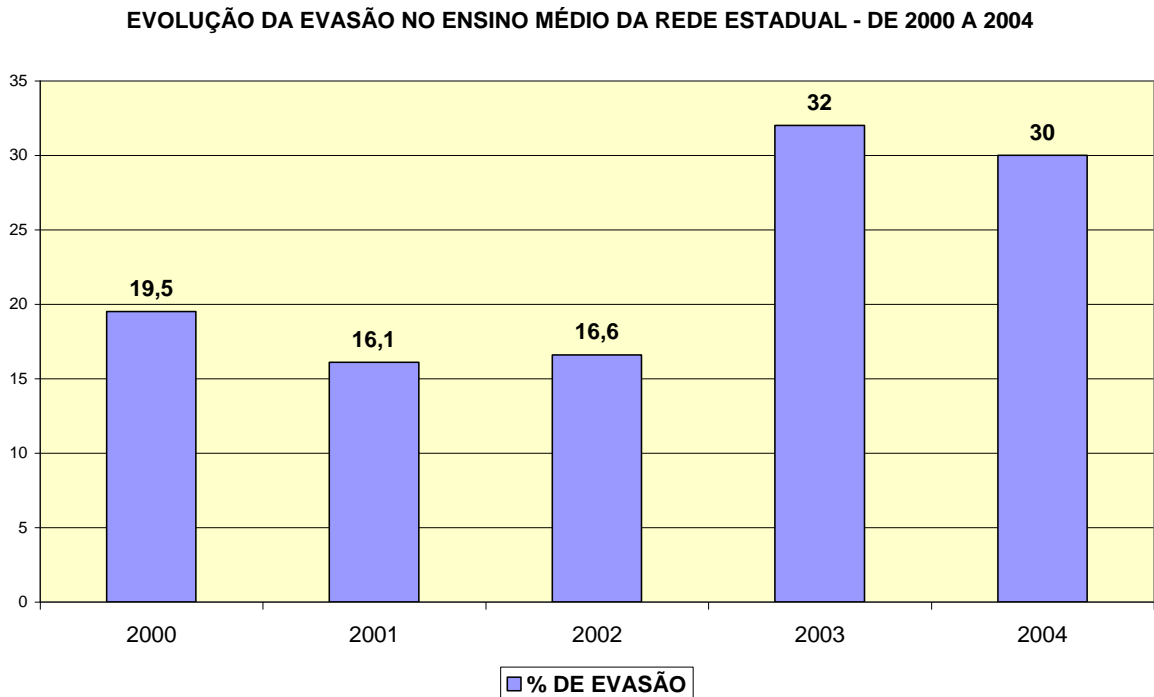
DEMONSTRATIVO DOS RECURSOS DO FUNDEF - DISPÊNDIOS 2004



Fonte: SEMEA

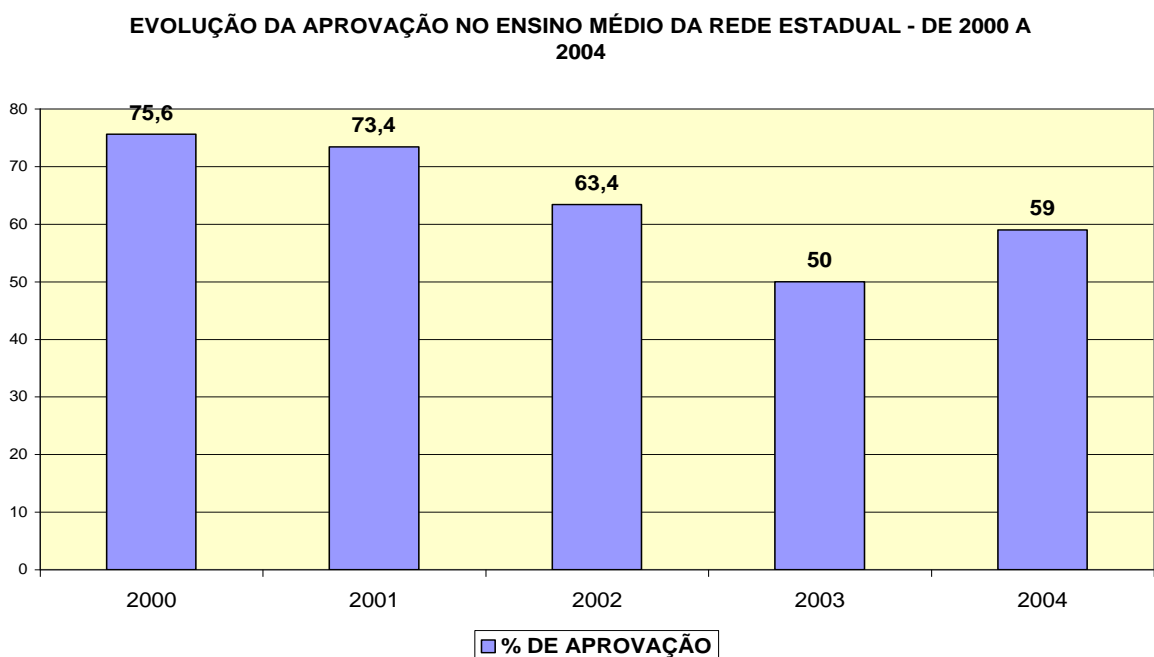
O rendimento no Ensino Médio apresenta similaridade com o Ensino Fundamental. As taxas apresentadas em 2004 em aprovação 59%, reprovação 11% e abandono 30%, refletem a necessidade de uma reavaliação da gestão e prática pedagógica empregadas.

Gráfico 21.



Fonte: SEMEA

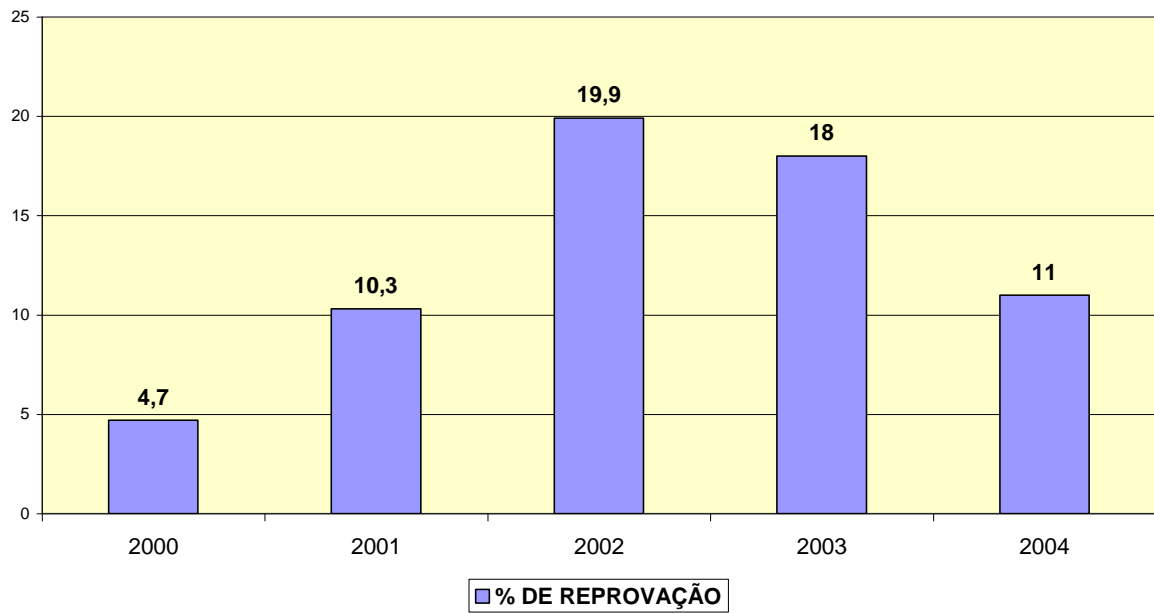
Gráfico 22.



Fonte: SEMEA

Gráfico 23.

EVOLUÇÃO DA REPROVAÇÃO NO ENSINO MÉDIO DA REDE ESTADUAL - DE 2000 A 2004



Fonte: SEDUC/EEFM D. Carlota Távora

Mesmo sendo competência do Estado, está o município trabalhando junto ao CREDE 18 e à Escola de Ensino Fundamental e Médio D. Carlota Távora, alternativas para a melhoria desses índices.

1.2.10 Gestão do Sistema Educacional

Com base na Constituição Federal de 1988, LDB, art. 8º, preconiza que “os sistemas definirão as normas da Gestão Democrática do Ensino Público na Educação Básica” e “os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de Educação Básica progressivos graus de gestão financeira” (art. 14 e 15). Nessa perspectiva, o município de Araripe é incumbido de “organizar, manter e desenvolver o seu sistema de ensino, integrando-os as políticas e planos educacionais da União e dos Estados”. As considerações acerca das incumbências das três esferas do Poder Público evidencia que a gestão educacional refere-se às iniciativas integrantes do regime de colaboração firmado entre o Estado do Ceará e o Município de Araripe.

O princípio da gestão democrática no município dar-se através da participação dos profissionais da educação, das comunidades escolares, e dos conselhos escolares na elaboração do projeto político e pedagógico das escolas municipais.

Cabe ressaltar que as unidades escolares municipais estão em processo de andamento para autorização, credenciamento e recredenciamento perante o Conselho de Educação do Ceará – CEC.

Em 2005 o Conselho Municipal de Educação que trabalha gestão, FUNDEF e ensino-aprendizagem e controle social da educação, foi reestruturado na sua composição, exercendo papel importante no processo de democratização da gestão, e como desafio a potencialização de sua participação efetiva e continuada.

Em relação aos órgãos centrais do sistema educacional, destacamos a aproximação do MEC junto aos municípios, informando e ouvindo-os e com isto demonstrando a sua preocupação na interação com os órgãos executores das políticas públicas, dando-lhes mais efetividade.

A Secretaria de Educação Básica do Estado do Ceará, através do pensamento inovador da sua Secretária, estreitou a relação com os municípios, dando-lhes suporte técnico-pedagógico com a participação da Macro F e, principalmente, do CREDE 18.

O diagnóstico realizado revelou conquistas significativas na educação do município, sobretudo no que se reporta à questão do acesso à escola, merecendo destaque a parceria entre Município e Estado, aproximação da SEDUC/CREDE 18, a implantação/implementação dos organismos colegiados, os instrumentos PDE, PPP e Regimento Escolar, e o Programa PROGESTÃO, como mecanismos de renovação da cultura escolar.

Parte 2

Humanizando a Escola, Construindo o Cidadão.

Princípios e Objetivos

Parte 2

Princípios e Objetivos

O Plano Municipal de Educação de Araripe “Humanizando a Escola, Construindo o Cidadão” (2005/2008), está fundamentado nos princípios de: Qualidade, Motivação, Integração, Parceria, Inovação, Cidadania e Humanização, em consonância com O Plano Nacional de Educação- PNE e com os quatro princípios do Plano de Educação Básica “Escola Melhor, Vida melhor”, do Estado do Ceará (2003/2006) – Educação de Qualidade e Inclusão Social; Gestão Democrática e Controle Social; Ação Compartilhada entre Poder Público e Sociedade Civil e Desenvolvimento Profissional Permanente e Valorização do Educador.

Os princípios definidos no Município e Estado, em conjunto, primam pela “Garantia da Qualidade na Escola, com foco na aprendizagem do aluno”, onde a construção da cidadania encontra-se estritamente ligada ao processo de humanização da instituição escolar.

Essas diretrizes também comungam com o compromisso-síntese do Plano de Governo Municipal 2005-2008, administração com “Parceria, Humanização e Cidadania”, na promoção de uma política capaz de mobilizar e organizar a ação coletiva visando o desenvolvimento inclusivo do município, fortalecendo as relações de trabalho, ao estimular a afetividade, o respeito e a ética, impulsionando ao pleno exercício da cidadania.

Os princípios:

1. Qualidade e inclusão e uma escola pública de qualidade se constitui no direito de aprender, no respeito aos ritmos e diferenças dos indivíduos, devendo estar estruturada as necessidades da comunidade e atender aos padrões mínimos exigidos pelo Ministério da Educação. A inclusão dos excluídos é um instrumento fundamental da cidadania e de redução das desigualdades econômicas, sociais e culturais da população.
2. A construção do sistema educacional inclusivo exige as transformações dos saberes e práticas de todos os participantes da comunidade educacional. É uma tarefa das diversas instâncias sócio-político-educacionais, o compromisso de concretizar a implementação do programa de educação inclusiva: direito à diversidade. O nosso desafio é

- que as escolas araripenses se tornem inclusivas, democráticas e de qualidade.
3. Humanização e Cidadania – o princípio de humanização e cidadania assume um papel de destaque no Plano Municipal, ao fortalecer as relações humanas e institucionais, estimulando na escola a afetividade na relação aluno-professor, promovendo interação com a família, o respeito e a ética. A condução transparente da política educacional deve ser fortalecida através da participação e controle dos conselhos. Todo esforço educativo deve apoiar a melhoria do processo ensino-aprendizagem, sendo vital a participação da sociedade no acompanhamento dos serviços disponibilizados pela escola. Através da gestão democrática, da participação e, conseqüentemente, do controle social há uma garantia da construção do conhecimento, das informações necessárias ao pleno exercício da cidadania.
 4. Parceria e integração – A ação compartilhada entre o Poder Público e a Sociedade Civil tem como propósito a melhoria da educação municipal, requerendo, fundamentalmente, a busca de parcerias nas instituições (interna e externamente) – intersetorialidade – e com todos os munícipes interessados, numa integração forte, efetiva e contínua, para a demanda de procedimentos voltados ao fortalecimento da política de melhoria da qualidade do ensino e da gestão pública araripense; vendo a escola como espaço de aprendizagem e exercício da cidadania que exige o compromisso e a participação de todos numa grande aliança que transcenda a diversidade de opiniões e posições políticas.
 5. Inovação e motivação - A transformação do sistema educacional é possível por meio de mudanças de valores, crenças, idéias e práticas pedagógicas e sociais, através da elaboração de um planejamento cuidadoso, com metas operacionais claras e exequíveis - Pode-se alcançar os objetivos pretendidos. Para tanto, é importante que se analise e acompanhe as mudanças necessárias de forma a garantir que sejam efetivas. Os Planos de Educação, em todas as suas esferas administrativas, dedicam atenção especial à valorização e à formação inicial e continuada dos educadores, propiciando-lhes melhores condições de trabalho e reconhecimento profissional. A formação inicial e

continuada são elementos importantes para a qualificação profissional do educador e, conseqüentemente, para a melhoria na prática pedagógica, numa perspectiva de crescimento profissional.

1. Objetivos Gerais

Tendo como referência os princípios norteadores do Plano de Ação de Humanização da Secretaria de Educação de Araripe 2005-2008, do Plano de Educação Básica do Ceará 2003-2006, do Plano Nacional de Educação, os fins do Plano Municipal de Educação para o período 2005/2008, foram explicitados por intermédio de objetivos gerais e específicos.

1. Universalizar o atendimento da Educação Básica, através da cooperação técnica e financeira das parcerias e políticas públicas, garantindo o direito do acesso à escola;
2. Viabilizar a inclusão social através da cooperação social e pedagógica, visando o atendimento melhor do ensino em todos os níveis e reduzindo as desigualdades sociais ao acesso e sucesso, nas localidades urbana e rural;
3. Assegurar a organização e o funcionamento dos estabelecimentos de ensino, a partir dos padrões básicos definidos pelo MEC, amparados pelas políticas nacional e estadual de educação.
4. Promover parcerias para desenvolver ações junto ao poder público, que visem à redução progressiva do analfabetismo de jovens e adultos no município.
5. Fortalecer a gestão democrática, incentivando a modernização da gestão administrativa e financeira das escolas que assegurem a qualidade do ensino ofertado.

2. Objetivos Específicos

1. Fortalecer a política de expansão da oferta de vagas para crianças de 0 a 5 anos, mediante programas de desenvolvimento da Educação Infantil, que possibilitará à família a busca de sua auto-sustentabilidade, deixando suas crianças em segurança.
2. Dotar as escolas de infra-estrutura física, material, pedagógica, e de recursos humanos para atender com qualidade a demanda das diferentes modalidades de ensino, dos alunos matriculados nas redes pública e privada, nas zonas urbana e rural.
3. Ampliar a jornada escolar de forma progressiva, garantindo a formação humanística e tecnológica e para o trabalho, assegurando a melhoria no processo educativo em todas as suas dimensões.

4. Implantar o atendimento às pessoas portadoras de necessidades especiais nos estabelecimentos públicos, através da mobilização social, cultural e política junto aos municípios.
5. Garantir a qualidade do ensino aos alunos com necessidades educativas especiais, respeitando o direito de ser diferente.
6. Atender jovens e adultos com idade a partir de 15 anos, através de programas de alfabetização e pós-alfabetização que favoreçam a emancipação humana e o pleno exercício da cidadania.
7. Ampliar a oferta de vagas para jovens e adultos em processo de alfabetização e pós-alfabetização.
8. Implantar o regime de colaboração Município e Estado, garantindo a organização e a racionalização do sistema público de ensino.
9. Implementar os sistemas de informação e avaliação em todos os níveis.
10. Constituir uma rede de formação inicial e continuada para os profissionais da educação através de mecanismos imprescindíveis à melhoria da qualidade do ensino e aprendizagem, tendo em vista o reconhecimento e a valorização social do professor e demais servidores da área educacional.

Parte 3
Crescer com Qualidade
Programas Prioritários: A escola que queremos

Parte 3. Programas Prioritários

3.1 Universalização da Educação Básica nas localidades urbana e rural.

Esta é uma política estratégica como instrumento de cidadania, pois visa oferecer às crianças e adolescentes araripenses a universalização progressiva do Ensino Infantil e do Ensino Fundamental para o Ensino Médio, em parceria Município e Estado.

3.2 Desenvolvimento da Educação Infantil,

Este desafio é um dos mais importantes na política educacional do município que visa o atendimento às crianças de 0 a 5 anos , inclusive as portadoras de necessidades especiais , na busca do atendimento da agenda de 0 a 5 anos e na adequação dos espaços físicos e pedagógicos das escolas

3.3 Apoio a implementação das políticas e Inclusão para Jovens e Adultos e Portadores de Necessidades Especiais

Este desafio apóia políticas de inclusão, visando ao atendimento e à melhoria da qualidade de serviços educacionais ofertados a segmentos em especificidades e ritmos diferenciados de aprendizagem. Seus objetivos envolvem dois segmentos populacionais: jovens a partir de 15 anos e pessoas portadores de necessidades educativas especiais.

3.4 Redução do Analfabetismo de Jovens e Adultos.

Dentre os desafios prioritários, este é estruturante para o setor educacional. Esta linha de ação integra-se ao programa nacional “Brasil Alfabetizado”, bem como ao Projeto “Alfabetização é Cidadania” do Ceará.

3.5 Garantia da Qualidade da Escola com Foco na Aprendizagem do Aluno

Cabe a este desafio enfatizar a qualidade da aprendizagem e permanência do aluno na escola, otimizando o tempo pedagógico, integrando as diversas dimensões da ação educativa e monitorando os indicadores de desempenho dos alunos.

3.6 Garantia do Domínio das Habilidades de Leitura, Interpretação e Escrita.

Este desafio incide sobre um grave e persistente problema do sistema educacional: o baixo desempenho escolar dos alunos na área de Língua Portuguesa. Para que a escola cumpra o seu papel de assegurar o pleno exercício da cidadania é preciso garantir, além do acesso, o sucesso escolar manifesto no domínio de habilidades de leitura, interpretação e escrita.

3.7 Ampliação Progressiva da Jornada Escolar.

Cabe este desafio a inclusão progressiva da ampliação do tempo e espaço escolar visando ofertar oportunidades adicionais de aprendizagem. Trata-se de um projeto cuja execução implica no fortalecimento do sistema de cooperação financeira, administrativa e pedagógica entre Município e Estado.

3.8 Aprimoramento do Processo de Formação e Valorização dos Servidores da Educação

Este desafio de elevar a auto-estima do professor implica no resgate da qualidade da escola pública, que envolve o aprimoramento da formação e a valorização social da profissão. Então, nesse sentido, o município viabilizará a formação dos profissionais da educação, elemento fundamental na melhoria do processo ensino-aprendizagem e na construção de uma cultura escolar colaborativa e humanizada.

3.9 Modernização do Processo da Gestão e Controle Social dos Sistemas de Ensino Fundamental

Este desafio propõe-se a modernizar o processo de gestão educacional através do aperfeiçoamento e acompanhamento do trabalho dos gestores, bem como ampliar o uso das novas tecnologias como ferramentas gerenciais de recursos e informações. Parte do pressuposto de que a modernização envolve o fortalecimento dos mecanismos de interlocução, participação e mobilização das diversas representações de controle social tendo em vista a qualidade do ensino e a eficácia das políticas educacionais.

3.10 Aperfeiçoamento do Processo da Avaliação Institucional e de Resultados Educacionais

Cabe a este desafio a consolidação de uma cultura e avaliação institucional, como ferramenta de monitoramento da gestão escolar e educacional, assim como o desenvolvimento de mecanismos de socialização dos resultados. Tem como foco a concepção e produção de indicadores que norteiem o planejamento visando a melhoria da qualidade dos serviços educacionais e revisão do sistema de avaliação de aprendizagem.

3.11 Adesão e Implantação do Regime de Colaboração Estado-Município

Trata-se de uma parceria voltada para a construção de mecanismos que garantam ações compartilhadas entre Município e Estado, contemplando aspectos legais, sociais e operacionais na busca de uma cooperação ampla que assegure a melhoria da educação pública araripense.

PROGRAMAS PRIORITÁRIOS

DESAFIO	OBJETIVOS	METAS	ESTRATÉGIAS	PERÍODO
3. Universalização da Educação Básica (ensino infantil, fundamental e médio) nas localidades urbana e rural.	<ul style="list-style-type: none"> • Expandir a oferta de vagas na Educação Básica mediante a construção de escolas, e ampliação e reforma de unidades existentes; • Assegurar a formação inicial e continuada para os profissionais da educação, priorizando o ensino infantil e fundamental; • Viabilizar a aquisição de materiais didáticos e conteúdos digitais adequados e com caráter de multiuso. 	<ul style="list-style-type: none"> • Produzir e adquirir materiais didáticos para todas as disciplinas do currículo, assegurando que até 2008 cada aluno receba um kit desses materiais; (25% ao ano) e fardamento escolar para o Ensino Infantil e Fundamental I (pelo menos 25% ao ano); • Financiar projetos nas diversas disciplinas curriculares e nas variadas modalidades de ensino que visem a melhoria da aprendizagem dos alunos. (100% ano) • Promover levantamento nas salas de aula, verificando alunos acima de 15 anos e orientando-os a matricular-se no EJA/segmento I,II,III,IV (25% ano); • Intensificar o programa de aceleração (25% ano); • Criar/adaptar/ espaços escolares, fornecendo computadores e outros: (5 por escolas distritos; 10 computadores sede), 2005; ampliando mínimo de 10% ano subsequentes e 1 por escola rural 2006. • Instalar antenas GSAC convênio com o Estado e/ou outro provedor 25% ao ano. 	<ul style="list-style-type: none"> • Mobilização da sociedade e parcerias, financiamentos, visando aumentar os recursos financeiros para a Educação Básica e ampliação da oferta de vagas na rede pública e o atendimento da demanda; • Garantia, através de concurso público, de profissionais da educação para suprir as carências do ensino básico, desenvolvendo ações, programas e projetos que contribuam efetivamente para a melhoria da situação ensino aprendizagem e dos indicadores de desempenho do SAEB, SPAECE e do ENEM. • Viabilização de propostas e/ou, experiências pedagógicas que melhorem o fluxo escolar, a redução da distorção idade-série e minimize a taxa de evasão escolar. 	2005/2008

DESAFIO	OBJETIVOS	METAS	ESTRATÉGIAS	PERÍODO
3.1. Ensino Fundamental	<ul style="list-style-type: none"> • Reformar/ampliar/construir as unidades escolares; • Diminuir os índices de evasão e repetência; • Reduzir a distorção idade/série; • Promover a participação da família na escola. 	<ul style="list-style-type: none"> • Construção, reforma e ampliação de 25% das escolas ao ano. • Redução em 8% ao ano em relação aos percentuais de reprovações do ano anterior; • Redução de 25% ao no da distorção idade-série em relação ao ano anterior • Redução em 3% ao ano, da evasão escolar, em relação ao ano anterior. 	<ul style="list-style-type: none"> • Promover ampla reforma/ construção/ ampliação/ adaptações nas escolas ensino fundamental – 25% ao ano. • Promover ações pedagógicas para melhoria do desempenho acadêmico do aluno; • Universalizar em todas as escolas projetos de acompanhamento da evasão escolar (Ô de Casa meu Aluno e outros) - 30% ao ano. • Implantar projetos de incentivo a participação da família na vida escolar (Meu Lazer, Meu Saber; Mãos Amigas e outros) • Planejamento das matrículas, direcionando alunos a partir de 15 anos para o EJA; • Implementação das salas de reforço, com metodologia e acompanhamento específico. 	2005/2008
3.1.1. Ensino Médio (responsabilidade do Estado)	<ul style="list-style-type: none"> • Implantação gradativa do ensino médio nas localidades rurais/distrital; • Implantação de cursinho pré-vestibular • Implantação curso profissionalizante. 	<ul style="list-style-type: none"> • Diagnóstico em 100% das áreas que tenham demanda para o ensino médio na zona distrital;até o final de 2005 • Implantar, sob a responsabilidade do Estado, um curso na zona rural/distrital.até 2007 • Estudo de viabilidade de escola agrícola profissionalizante, regime colaboração com o Estado/União,até 2006 	<ul style="list-style-type: none"> • Mobilização da sociedade e seus representantes políticos, visando aumentar recursos financeiros pra o ensino médio; • Sensibilizar os governos estaduais e municipais no sentido de implantar o Ensino Médio nas localidades rurais/distritais; • Formação comissão de combate a evasão do ensino médio; • Oferta de transporte escolar nos turnos diurnos e noturnos. 	2005/2008

DESAFIO	OBJETIVOS	METAS	ESTRATÉGIAS	PERÍODO
3.2 Desenvolvimento da Educação Infantil,	<ul style="list-style-type: none"> Fortalecer a política de expansão de oferta de vagas para crianças de 0 a 5 anos de idade, através da mobilização social, criação da comissão da Educação Infantil e qualificação do atendimento das crianças de 0 a 5 anos, inclusive daquelas com necessidades educacionais especiais. Garantir o cumprimento da agenda de 0 a 5 anos, buscando a intersetorialidade; Realizar ações voltadas para a melhoria da qualidade do atendimento em creches e pré-escolas e a criação do fóruns ou comissão Municipal de Educação Infantil Propor melhorias significativas na vida da população infanto-juvenil do município. 	<ul style="list-style-type: none"> Estimular a expansão de vagas em creches e pré-escolas, prevendo-se um crescimento anual de 15%; Apoiar ações voltadas para a melhoria da qualidade do atendimento em creches e pré-escolas e a criação de fóruns ou comissão de Educação Infantil.; Proporcionar a formação inicial e continuada dos professores de Educação Infantil; 100% até 2008 Participar do Selo Unicef – 2006/2008. Implantação de Fóruns ou Comissão Municipal de Educação Infantil, até 2005. Adequação dos espaços físicos e pedagógicos existentes e criação de novos espaços em 25% ao ano 	<ul style="list-style-type: none"> Garantia do acompanhamento pedagógico nesse nível de ensino através da MACRO F; Mobilização e promoção de parcerias com Órgãos Governamentais e ONGs para captar recursos, investindo-os de forma direta na Educação Infantil. Elaboração e implantação o Plano de Cargos e Carreira dos profissionais da Educação Infantil (até 2008). Mobilização de parcerias com organizações federais, estaduais, governamentais e não governamentais para implantação /ampliação de programas e projetos voltados para a criança e o adolescente. Construção/ reforma/ampliação das escolas de ensino infantil através do regime de colaboração Estado/União 	2005/2008
3.3 Implementação das políticas para jovens e adultos	Elevar o nível de escolaridade da população araripense a partir de 15 anos mediante a oferta de programas educacionais para jovens e adultos, articulando qualificação profissional e formação para a cidadania.	Elevar o nível de escolaridade da população araripense a partir de 15 anos, através de programas que ofereçam o Ensino Fundamental e Médio na rede pública, em 10% ao ano .	Melhoria da qualidade dos programas de educação de jovens e adultos mediante o desempenho de propostas curriculares que consideram as características deste público	2005/2008

DESAFIO	OBJETIVOS	METAS	ESTRATÉGIAS	PERÍODO
3.4 Redução do analfabetismo de jovens e adultos	Atender jovens e adultos com idade a partir de 15 anos através de programas de alfabetização que favoreçam a emancipação humana e o pleno exercício da cidadania	<ul style="list-style-type: none"> • Alfabetizar 1200 jovens e adultos até 2008; • Escolarizar 20% jovens e adultos egressos dos programas de alfabetização até o nível de 4ª série do Ensino Fundamenta, todos os anos. • Ampliar (reformular e/ou construir e equipar) o Núcleo de Educação de Jovens e Adultos, em parceria com o Estado, até 2008.. 	<ul style="list-style-type: none"> • Mobilização da sociedade para a alfabetização de jovens e adultos, integrando-se ao programa nacional <i>Brasil Alfabetizado</i>, bem como ao estadual <i>Alfabetização é Cidadania</i>. 	2005/2008
3.5 Inclusão das pessoas portadoras de necessidades especiais.	Assegurar a melhoria na qualidade do atendimento dos alunos com necessidades educativas especiais, respeitando o direito de ser diferente; buscar parcerias na qualificação do atendimento das crianças e formação de corpo técnico especializado.	<ul style="list-style-type: none"> • Oferecer e fortalecer a política de Educação Especial, a uma taxa anual de 20% em relação ao ano de 2004; • Eliminar as barreiras arquitetônicas das escolas e adaptar seus espaços 25% ao ano. 	<ul style="list-style-type: none"> • Garantia no orçamento do município de recursos financeiros específicos para o desenvolvimento de ações de educação especial e busca de novos projetos de financiamento; • Viabilização do programa de formação inicial, permanente e continuada na área de educação especial aos professores do ensino regular e especial, incluindo cursos de Libras e Braille. • Reforma/adaptação dos espaços físicos das escolas para atender os deslocamentos dos portadores de necessidades especiais. 	2005/2008

DESAFIO	OBJETIVOS	METAS	ESTRATÉGIAS	PERÍODO
<p>3.6 Garantia da qualidade da escola com foco na aprendizagem do aluno.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Estimular práticas pedagógicas que tenham como pressuposto a reorganização do cotidiano escolar de modo que as atividades curriculares e extracurriculares valorizem o tempo de aprendizagem do aluno em sala de aula; • Desenvolver e socializar processos de avaliação sistemática, adotando medidas para corrigir deficiências diagnosticadas na aprendizagem dos alunos; • Estimular e apoiar experiências educacionais inovadoras que contribuam para a melhoria da aprendizagem do aluno; • Dotar as escolas de infra-estrutura física e equipamentos adequados á melhoria do processo de ensino e aprendizagem. 	<p>Reduzir em pelo menos 8% ao ano os percentuais de reprovação dos alunos do Ensino Fundamental</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Tornar o ambiente escolar um espaço efetivo de aprendizagem, assegurando recursos financeiros para a melhoria do desempenho da ação pedagógica mediante o aprimoramento dos instrumentos de acompanhamento desta, e avaliação; • Articulação da formação continuada de professores com as demandas curriculares dos níveis de ensino em que estes atuam, desenvolvendo mecanismos de avaliação de desempenho docente que considere também o desempenho dos alunos; • Fortalecimento da identidade da escola a partir de seus instrumentos de planejamento, assegurando recursos financeiros capazes de atender aos padrões básicos de funcionamento. 	<p>2005-2008</p>

DESAFIO	OBJETIVOS	METAS	ESTRATÉGIAS	PERÍODO
<p>3.7 Garantia do domínio das habilidades de leitura, interpretação e escrita.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Estimular, de forma criativa, a formação do hábito de leitura e escrita, explorando a intertextualidade através de textos orais e escritos nas diversas disciplinas curriculares; • Promover em sala de aula a prática de produção de textos, favorecendo o desenvolvimento do aluno no que se refere ao domínio ativo da linguagem oral e escrita; • Incentivar os alunos adotar hábitos de leitura formando assim cidadão crítico e consciente de seu papel na sociedade; • Desenvolver no aluno a capacidade de percepção de mundo de acordo com a faixa etária do mesmo 	<ul style="list-style-type: none"> • Ampliar em 15% a quantidade de escolas com salas de leitura e/ou multi-meios; • Implantar projetos que favoreçam a prática da leitura e escrita (o projeto <i>Viva a Leitura</i> e o fortalecimento do projeto <i>Era uma Vez</i>, e outros) 	<ul style="list-style-type: none"> • Realização de ações de formação docente que priorizem os processos de leitura, interpretação e escrita, implementando mecanismos que viabilizem o acompanhamento pedagógico do trabalho do professor e o desenvolvimento da aprendizagem do aluno; • Garantia de aquisição de material didático-pedagógico adequado aos processos de alfabetização e letramento; • Promoção de ações que estimulem o interesse dos alunos pela utilização das bibliotecas escolares existentes, e criação de bibliotecas volantes; • Apoio ao desenvolvimento de projetos escolares voltados para a construção e exploração de habilidades e competências em leitura e escrita, estimulando a participação dos professores das diversas disciplinas e da equipe pedagógica da escola. • Criação de ambientes favoráveis à leitura, interpretação e escrita de forma criativa, diversificada e dinâmica. 	<p>2005-2008</p>

DESAFIO	OBJETIVOS	METAS	ESTRATÉGIAS	PERÍODO
<p>3.8 Ampliação progressiva da jornada escolar</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Melhorar os índices de desempenho dos alunos, intensificando o trabalho pedagógico através da ampliação progressiva da jornada escolar nas disciplinas de Português e Matemática da Educação Básica; • Implementar, sob a monitoria de alunos, o reforço escolar nas disciplinas de Português e Matemática para alunos do Ensino Fundamental; • Minimizar o tempo ocioso das crianças, assegurando a continuidade da proposta de Escola de Tempo Integral para o primeiro ano básico do ensino fundamental (ex. ciclo básico), gradativamente; • Estimular o desenvolvimento de atividades artísticas, culturais, científicas e esportivas, explorando a dimensão pedagógica e formativa dessas ações. 	<ul style="list-style-type: none"> • Ampliar progressivamente a jornada escolar a partir da 5ª Série do Ensino Fundamental, gradativamente nas disciplinas de Português e Matemática em uma hora-aula semanal a cada ano, até 2008; • Reorganizar o tempo e o espaço escolar articulando os conteúdos curriculares às atividades desenvolvidas em projetos escolares (2005-2008). No primeiro ano deve atingir 15% destes estabelecimentos e 20% nos anos subseqüentes. 	<ul style="list-style-type: none"> • Ampliação das possibilidades de uso do espaço físico na escola e na comunidade; • Captação e reprogramação dos recursos financeiros para a educação; • Ampliação e qualificação de profissionais para atuarem de forma sistêmica atendendo às necessidades da clientela. 	<p>2005-2008</p>

DESAFIO	OBJETIVOS	METAS	ESTRATÉGIAS	PERÍODO
<p>3.9 Aprimoramento do processo de formação e valorização dos servidores da educação.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Conceber programas e/ou projetos a partir das demandas advindas das escolas, acompanhando sistematicamente as ações formativas para verificar o seu impacto na prática docente; • Desenvolver processos formativos que estimulem a autonomia, a colaboração, o compromisso e a responsabilidade pedagógica, política, ética e social dos educadores, estabelecendo articulação permanente com as instituições de ensino superior; • Promover mecanismos de avaliação de processos e de resultados visando redimensionar os programas, projetos e ações formativas; • Resgatar o significativo da função social do professor, destacando seu papel de produtor de conhecimento. • Conquistar o respeito e admiração da sociedade a partir da conscientização de que todos os servidores da educação devem exercer o papel de educador assumindo seus compromissos • Oferecer condições aos servidores da educação , estimulando ao aprimoramento para que tenham consciência do seu compromisso e do seu papel social. • Melhorar o relacionamento no âmbito escolar, promovendo um 	<ul style="list-style-type: none"> • Habilitar até 2008, em nível superior 100% dos profissionais que atuam no Ensino Fundamental sem habilitação; • Formar 100% dos professores que estão sem habilitação ao magistério até 2008 • Promover formação continuada para os integrantes dos organismos colegiados em 25% ao ano. • Manter a série histórica dos ajustes salariais dos servidores da educação, garantindo os percentuais permitindo pelo Orçamento Municipal; 	<ul style="list-style-type: none"> • Fortalecimento da formação inicial dos profissionais da educação da rede pública de ensino; • Articulação da formação inicial e continuada visando o desenvolvimento profissional e pessoal permanente; • Instalação de fóruns permanentes de discussão nas mais diversas áreas como mecanismo de troca de experiências, interação e comunicação em rede, inclusive cursos e capacitações na aérea das relações humanas ; • Oferta de formação que contemple aspectos relativos à diversidade, à multiculturalidade e a inclusão de alunos com necessidades educativas especiais, aos alfabetizadores e educação de jovens e adultos. • Realização de projetos e ações que despertem na comunidade escolar o interesse pela leitura na melhoria da sua formação profissional; 	<p>2005-2008</p>

DESAFIO	OBJETIVOS	METAS	ESTRATÉGIAS	PERÍODO
	<p>convívio social mais humanizado</p> <ul style="list-style-type: none"> • Valorizar a formação do educador, resgatando o respeito demonstrado em outras épocas pela sociedade. 			
<p>3.10 Modernização do processo da gestão e controle social do sistema de ensino.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Estudar a implantação, critérios do processo de eleição direta para diretores escolares e seleção de integrantes do núcleo gestor, fortalecendo a organização e o funcionamento da escola da rede pública municipal, até 2008; • Capacitar em todos os níveis, os gestores, técnicos e organismos colegiados, gradativamente. 	<ul style="list-style-type: none"> • Oferecer assessoria aos Conselhos Escolares em 100% e Grêmios Estudantis no período 2005-2008, assegurando a implantação e implementação dos mesmos, em 50% das escolas • Disponibilizar modernas ferramentas de gestão através das novas tecnologias, possibilitando a produção e difusão de resultados sobre o desempenho do sistema educacional, em 20 % ao ano • Promover a formação continuada para os integrantes de organismos colegiados, servidores das escolas municipais, atendendo até 2008 a aproximadamente 80% da demanda; • Monitorar a execução do Plano de Desenvolvimento da Escola – PDE, Projeto Político Pedagógico – PPP e o Regimento escolar / e ou Gestão Integrada de Desenvolvimento Escolar- GIDE nas escolas estaduais e municipais, em 100% ao ano • Promover formação inicial/continuada para os membros do núcleo gestor e técnicos da Secretaria de Educação, conforme suas especificidades, em parceria com o Estado/União, em 	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de mecanismos que assegurem a autonomia dos Conselhos e desenvolvimento de ações de formação continuada para seus membros; • Garantia da participação da comunidade escolar no processo de eleição dos gestores escolares, da rede estadual; • Implementação do processo de descentralização dos recursos financeiros, viabilizando o funcionamento necessário à escola para que ela desenvolva sua proposta pedagógica; • Desenvolvimento de estratégias que possibilitem monitorar o processo de descentralização administrativa e financeira na rede pública. • Capacitações nos diversos segmentos através do regime de colaboração com o estado do Ceará. 	<p>2005-2008</p>

DESAFIO	OBJETIVOS	METAS	ESTRATÉGIAS	PERÍODO
		25% ao ano; • Realização de Seminários, fóruns sobre gestão democrática até 2008.		
3.11 Aperfeiçoamento do processo de avaliação institucional e de resultados educacionais. E controle social	<ul style="list-style-type: none"> • Avaliar o processo de modernização da gestão implantado nas escolas investigando a repercussão dos procedimentos administrativos e gerenciais adotados sobre a melhoria do trabalho escolar; • Possibilitar a todos os segmentos envolvidos no processo educativo um acompanhamento efetivo do desempenho de aprendizagem que vem sendo obtido no Ensino Fundamental e médio; • Sensibilizar o sistema de ensino para utilização dos resultados educacionais no processo de reformulação do Projeto Político-Pedagógico, do Plano de Desenvolvimento da Escola e das políticas de formação inicial e continuada visando a melhoria do desempenho escolar; • Desenvolver pesquisas sobre experiências bem-sucedidas na Educação Básica, difundindo-as. 	<ul style="list-style-type: none"> • Aplicação da avaliação do rendimento escolar abrangendo até 100% alunos do Ensino Fundamental e Médio das escolas da rede municipal e estadual; • Realização da avaliação da gestão nas dimensões pedagógica, administrativa e financeira, bem como apoio técnico às escolas municipais semestralmente. 	<ul style="list-style-type: none"> • Fortalecimento da cultura de avaliação institucional visando o acompanhamento da gestão escolar e educacional • Desenvolvimento de mecanismos formais e instrumentos operacionais para efetivação e divulgação sistemática da avaliação como política pública educacional; • Envolvimento dos organismos colegiados no processo educacional 	2005-2008

DESAFIO	OBJETIVOS	METAS	ESTRATÉGIAS	PERÍODO
3.11 Adesão e implantação do regime de colaboração estado-município.	<ul style="list-style-type: none"> Aderir às diretrizes, normas e procedimentos e acordos do regime de colaboração em parceria com o estado; 	Efetivação do Regime de Colaboração Estado/Município.	<ul style="list-style-type: none"> Criação de uma rede única de ensino público, resgatando direitos e responsabilidades de cada esfera; 	2005-2008

ACOMPANHAMENTO/MONITORAMENTO

Os Planos nas três esferas de governo: nacional, estadual e municipal, são documentos que deverão compor um conjunto integrado e articulado, “integrado quanto aos objetivos, prioridades, diretrizes e metas e articulados nas ações de sorte que, na soma dos esforços chegue-se às metas estabelecidas.”

O acompanhamento e monitoramento do Plano Municipal de Educação será efetuado de forma sistemática pela Secretaria Municipal de Educação, Conselho Municipal de Educação e Conselhos Escolares, através de instrumentos e técnicas que permitam detectar possíveis falhas no trabalho desenvolvido, através das estratégias de ação a seguir:

A AVALIAÇÃO DAR-SE- QUANTO AO:

Programa em andamento

a) Verificar:

- ✓ A participação de desempenho de cada programa frente à realidade da população;
- ✓ A participação da população nesses programas;
- ✓ A adequação da metodologia desenvolvida aos projetos propostos;
- ✓ A qualidade dos serviços prestados;

b) Analisar:

- ✓ A relação entre recursos despendidos X resultados obtidos;
- ✓ A relação entre demandas X serviços. E

- ✓ Avaliar as parcerias existentes.

Quanto à avaliação geral:

a) Avaliar:

- ✓ O nível de informação da população frente ao PMDI;
- ✓ As melhorias constatadas;
- ✓ O nível de organização da população frente o processo de participação no programa;
- ✓ Os aspectos positivos e as falhas constatadas;
- ✓ O desempenho e o envolvimento da comunidade;
- ✓ O envolvimento do poder municipal e o nível de parcerias;
- ✓ O nível de satisfação da população diretamente atendida com o programa/metasp;

b) Analisar:

- ✓ Os indicadores sociais e verificar se os parâmetros foram cumpridos;
- ✓ Outros itens julgados importantes e necessários para o atendimento a criança.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Agenda 0 – 5 anos Ceará: **o compromisso cearense com a criança de 0 a 5 anos.**
- Araripe, Secretaria Municipal de Educação. **Plano de Ação: Curso de Humanização – Araripe**, 2005.
- Ceará, Secretaria da Educação Básica. **Avaliação institucional das Escolas públicas do ceará. 4ª etapa.** Manuais de orientação. Fortaleza. Impresso, 2003.
- Ceará, Secretaria de Educação Básica. **Plano de Educação Básica: Escola melhor, vida melhor. Ceará – 2003/2006.** Fortaleza, 2004.
- Ceará. Secretaria da Educação Básica. **Diretrizes para Educação Básica 2005.** Fortaleza: Gráfica e Editora Nacional, 2004.
- Constituição Federal, 1988.
- CREDE 18 – CE. **Roteiro para elaboração do plano municipal de educação.** Crato, 2005.
- Documento Norteador para Elaboração de Plano municipal de Educação (PME). Ministério da Educação. Brasília, 2004.
- Educação inclusiva. Vol. 1, 2 e 3. Coordenação geral SEESP/MEC. Organização Maria Salete Fábio Aranha. Brasília, Ministério da Educação, Secretaria da Educação Especial, 2004.
- Estado do Ceará, Secretaria da Educação. **Plano Decenal de Educação para Todos.** 1993/2003.
- Estatuto da criança e do adolescente, 1990.
- Indicadores da qualidade na educação/Ação Educativa. Unicef, PENUD, INEP – MEC (coordenadores). São Paulo; Ação Educativa, 2004.
- Lei de diretrizes e bases da educação nacional, 1996.
- Lei orgânica do município.
- MEC. Ministério da Educação e do Desporto. **DICAS – o que fazer para que a Educação Básica dê certo no seu município**, 1993.
- MEC. Secretaria da Educação Básica. **Ensino Fundamental de nove anos – orientações gerais**, 2004.
- Melhoria da educação no município**/coordenação geral Maria Brant de Carvalho. Coordenação da coleção Sonia Maria de Oliveira Nudelman – vol. 1, 2, 3, 4 e suplemento.

São Paulo, Peirópolis. CENPEC, 2003.

Os municípios em busca da melhoria na educação. Coordenação Maria Estela Bergamim. Organização Eloísa Barbosa de Oliveira De Brasil. 1ª ed. São Paulo: CENPEC, 2005.

República Federativa do Brasil. MEC. **Plano Decenal de Educação para Todos.** 1993/2003.

Saberes e práticas da inclusão. Francisca Rosineide Furtado do Monte, Idê Borges dos Santos – reimpressão. Vol. 1 e 2. Brasília, MEC, SEESP, 2004.

ANEXOS

Anexo 01.

Gráfico 24

RESULTADO DO ANO ESCOLAR NO ENSINO FUNDAMENTAL
DA REDE MUNICIPAL - 2004 - MATRIC. FINAL (4775)

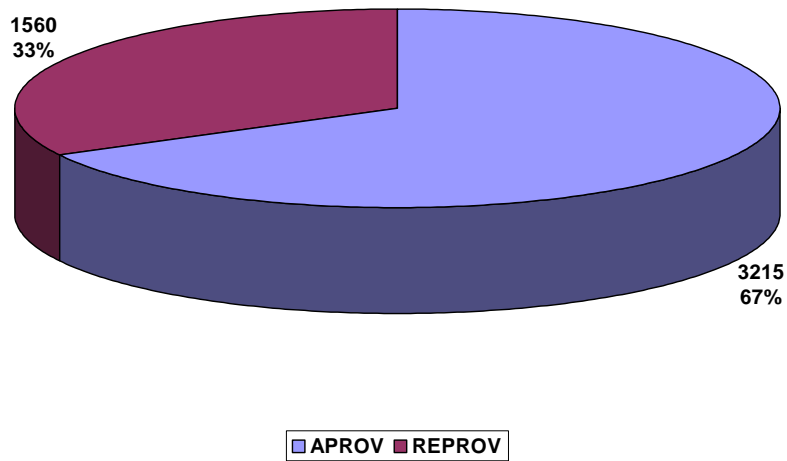
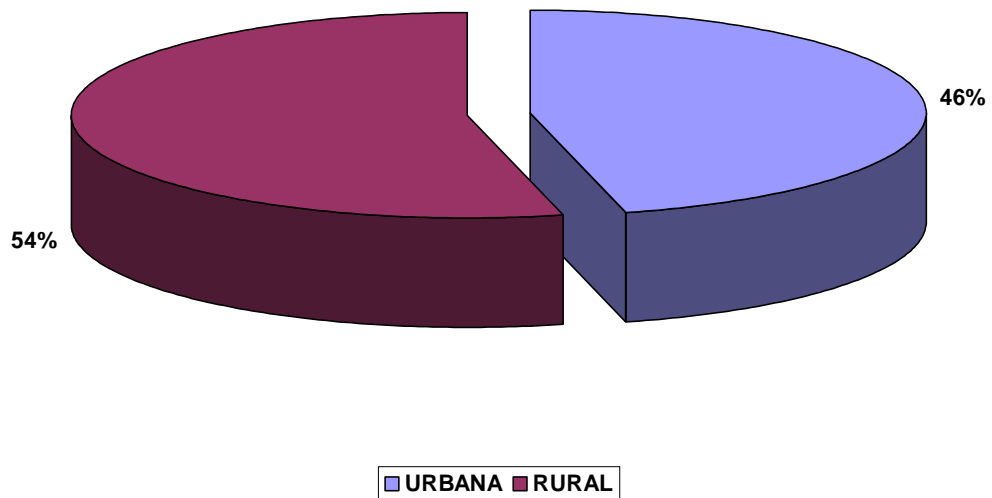


Gráfico 25

DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO DE ARARIPE POR LOCAL DE RESIDÊNCIA EM
2003

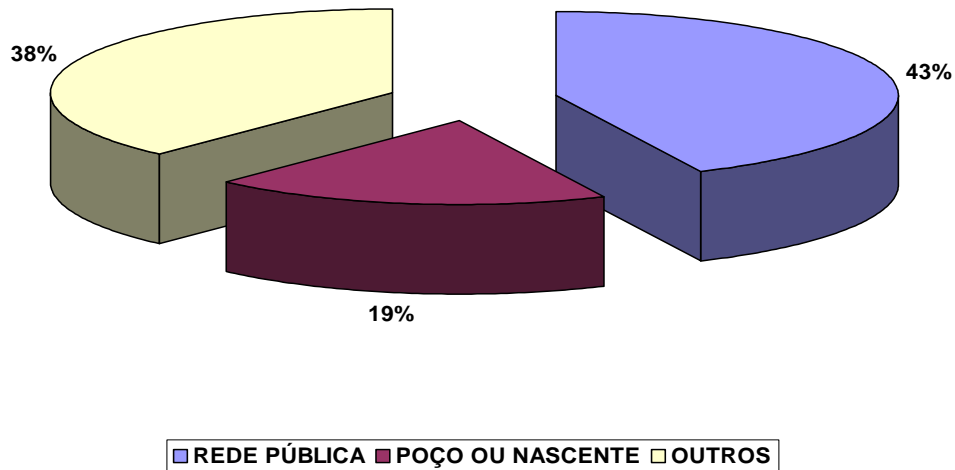


Fonte: IBGE – Censo Demográfico de 2003/DATASUS.

Anexo 02

Gráfico 26

DISTRIBUIÇÃO DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA EM ARARIPE - 2002

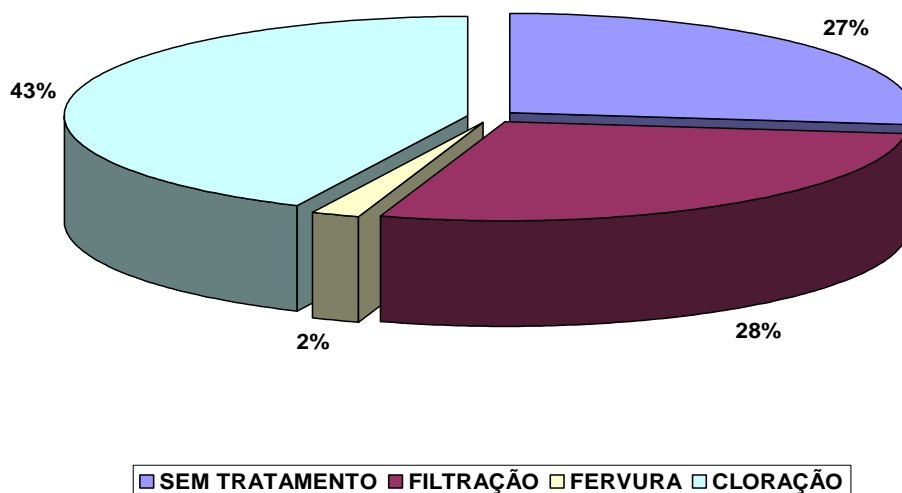


Fonte: SIAB / 2002.

As famílias do município recebem água clorada em 2.142(43%) dos domicílios, realizam filtração em 1.354(28%) dos domicílios, fervura em 91(2%) dos domicílios e uma quantidade significativa de famílias,1353(27%), utilizam água sem nenhuma forma de tratamento, o que representa um grande risco à saúde.

Gráfico 27

DISTRIBUIÇÃO DO TRATAMENTO DE ÁGUA NOS DOMICÍLIOS DE ARARIPE - 2002

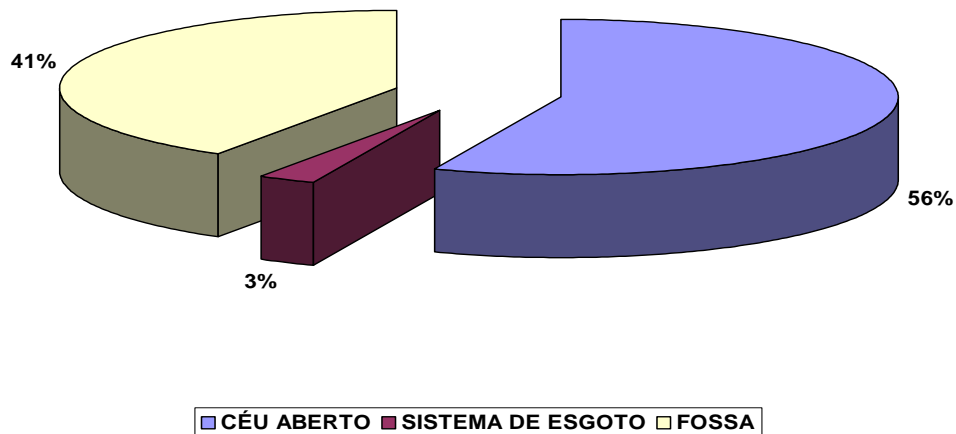


Fonte: SIAB /2002.

Anexo 03

Gráfico 28

DISTRIBUIÇÃO DO DESTINO DE FEZES/URINA DO DOMICÍLIOS DE ARARIPE - 2002

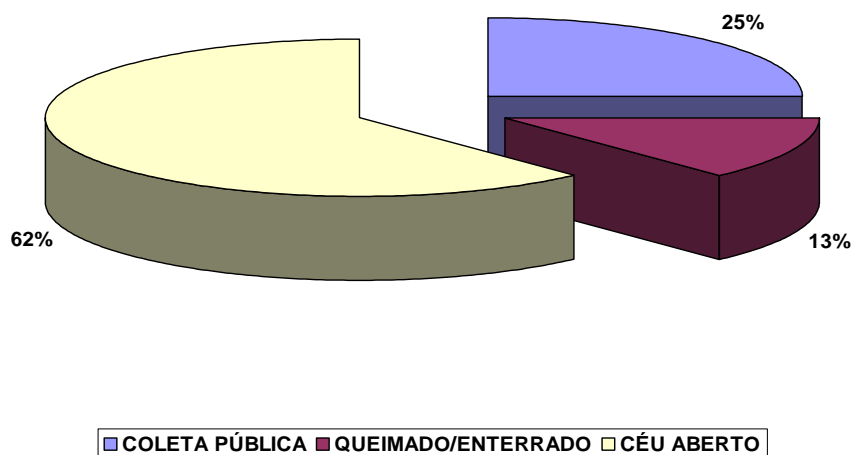


Fonte: SIAB /2002.

O Município apresenta um grave problema de saneamento básico, visto que o destino de fezes e urina ocorre a céu aberto na maioria dos domicílios, 2.747(56%). Apenas 144(3%) dos domicílios, utilizam sistema de esgoto e o sistema de fossa é utilizado em 2.049(41%) dos domicílios. Da mesma forma, é grave a situação do destino do lixo no município. Apesar dos esforços da Secretaria de Obras, que realiza coleta sistemática na sede e em todos os distritos, o destino do lixo ainda ocorre à céu aberto em 62%(3.066) dos domicílios. A coleta pública ocorre em 25%(1.237) e o lixo é queimado ou enterrado em 13%(637) dos domicílios.

Gráfico 29

DISTRIBUIÇÃO DE DESTINO DOS LIXO DOS DOMICÍLIOS DE ARARIPE - 2002



Fonte: SIAB / 2002.

Anexo 04

Tabela 12 - População Total Estimada - Por Sexo

Sexo	2002	2003	2004	Percentual (%)
Feminino	10160	10302	10449	50,4
Masculino	9999	10139	10284	49,6
Total	20159	20441	20733	100

Tabela 13 - Taxas de Mortalidade

Variáveis	Base de cálculo	2000 - 2002	2001 - 2003
Taxa de mortalidade infantil (*)	Por 1.000 nascidos vivos	22,7	27,3
Taxa de mortalidade geral (*)	Por 1.000 habitantes	4,6	

Fontes:

(*) Ministério da Saúde. DATASUS . IPECE - Perfil dos Municípios do Ceará

Tabela 14 População por área.

Anos	Situação			Taxa de urbanização
	Urbana	Rural	Total	
1991	7.011	10.398	17.409	40,3
2000	10151	9.455	19.606	51,8

Taxa média de crescimento anual = 1,4

Área = 1.347 km²

Densidade demográfica 2000 = 15,3 habitantes / km²

Fontes

População e taxa de crescimento: IBGE - Censo Demográfico.

Conforme dados do censo demográfico do IBGE de 2003, Araripe possui um contingente populacional de 20.283 habitantes, sendo 11.118(54%) residentes na zona urbana e 9.165(46%) residentes na zona rural

Tabela 15 - Distribuição das famílias cadastradas por tipo de moradia – 2002 em Araripe

Tipo de Moradia	Nº de Famílias	Porcentagem (%)
Tijolo / Adobe	4.043	81,80
Taipa revestida	547	11,10
Taipa não revestida	347	7,04
Madeira	02	0,04
Outros	01	0,02
TOTAL	4.940	100

Fonte: SIAB – 2002

Anexo 05

Tabela 16 - Coeficiente de Mortalidade Infantil (CMI) e Coeficiente de Mortalidade Neo-Natal (CMNN) no período de 2000 – 2002 em Araripe.

Ano	CMI (x 1000 NV)	CMNN (x 1000 NV)
2000	17,93	5,98
2001	16,55	4,73
2002	32,20	17,04

Fonte: SIAB – Secretaria Municipal de Saúde / 2000 - 2002

Tabela 17: Distribuição das equipes de PSF no município de Araripe em 2004

EQUIPE	LOCALIZAÇÃO
01	Distrito de Pajeú
02	Distrito de Brejinho
03	Distrito de Alagoinha
04	Distrito de Riacho Grande
05	Sede do município
06	Sede do município
07	Aglomerados

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde/SIAB/2005

Tabela 18 - Índice de desenvolvimento humano municipal

Indicadores (*)	1991	2000
Esperança de vida ao nascer - anos	57	63
Taxa de alfabetização de adultos - %		
Taxa bruta de freqüência escolar - %		
Renda per capita - R\$ de 2000		1.448
Índices		
Longevidade	0,574	0,615
Educação	0,394	0,652
Renda	0,385	0,432
Desenvolvimento Humano	0,451	0,566

Fonte: PNUD / IPEA / IBGE

(*) Definições

Esperança de vida ao nascer: número médio de anos que as pessoas viveriam, a partir do nascimento.

Taxa de alfabetização de adultos: percentual de pessoas acima de 15 anos que sabem ler e escrever.

Taxa bruta de freqüência escolar: percentual de pessoas de 7 a 22 anos matriculadas em qualquer nível de ensino.

Renda per capita: razão entre o somatório da renda de todos os residentes e a população total.

Índice de longevidade: índice obtido a partir do indicador "esperança de vida ao nascer", por meio da seguinte fórmula: (valor observado - 25 anos) / (85 anos - 25 anos).

Índice de educação: obtido a partir dos indicadores "taxa de alfabetização de adultos" e "taxa bruta de freqüência escolar", convertidos em índices, com peso 2 para o primeiro e peso 1 para o segundo.

Índice de renda: índice obtido a partir do indicador "renda familiar per capita", por meio da seguinte fórmula: (valor observado - pior valor) / (melhor valor - pior valor).

Índice de desenvolvimento humano municipal: média aritmética dos índices de longevidade, educação e

renda.

Anexo 06

Tabela 19 - Quantidade de estabelecimentos por tipo de atividade

Tipo de atividade (*)	Número
Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal	2
Indústrias de transformação	8
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	2
Construção	4
Comércio. Reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos	203
Alojamento e alimentação	42
Transporte, armazenagem e comunicações	9
Intermediação financeira	3
Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas	4
Administração pública, defesa e seguridade social	4
Educação	22
Saúde e serviços sociais	14
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	18
Total	335

Fonte: IBGE - Cadastro Geral de Empresas / IPECE – Perfil Básico Municipal

(*) De acordo com o CNAE - Classificação Nacional de Atividades Econômicas

Tabela 20 - Taxa de escolarização real, de 7 a 14 anos – 1995 / 2002 em Araripe.

Ano	Pop. 7 a 14 anos	N.º de alunos matriculados (7 a 14 anos)	Taxa Escolarização Real(%) (1)
1995	3.920	2.493	63,60
2002	5.385	5.223	97

Fonte: Secretaria Municipal de Educação / SEDUC(Sistema de Informações Educacionais) / IBGE.

Relação dos Conselhos do Município:

Conselho Municipal de Educação/FUNDEF;
 Conselho Municipal de Alimentação Escolar
 Conselho Municipal de Assistência Social
 Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável
 Conselho Municipal de Saúde;
 Conselho Municipal de Turismo;
 Conselho Municipal do Trabalho;
 Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
 Conselho Tutelar;
 Comissão Municipal da Educação Infantil;
 Comissão Municipal de Amor a Vida.

As Associações Comunitárias atuantes são em número de 30 e o único sindicato existente é o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e o Sindicato dos Professores.

O veículo de comunicação existente é uma rádio comunitária FM.

Anexo 07

Tabela 21 - Pessoas responsáveis pelos domicílios particulares, por anos de estudo e classes de rendimento nominal mensal

Classes de rendimento	Anos de estudo						Sem informação	Total
	Sem instrução	1 a 3 anos	4 a 7 anos	8 a 10 anos	11 a 14 anos	15 anos ou mais		
Até 1 salário mínimo	4.297							4297
Mais de 1 a 2 salários mínimos		85	94	684				863
Mais de 2 a 5 salários mínimos				215	164			379
Mais de 5 a 10 salários mínimos							127	127
Mais de 10 a 20 salários mínimos							57	57
Mais de 20 salários mínimos							50	50
Sem rendimento							7.158	7158
Total								12.931

Fonte: IBGE - Censo Demográfico

L

Anexo 08

Tabela 22 - Resultado do Censo Escolar - 2005

NÚMERO DE ALUNOS MATRICULADOS												
Município	Dependência	Creche	Pré-Escola	Classes de Alfabetização	Ensino Fundamental 1ª a 4ª Série	Ensino Fundamental 5ª a 8ª Série	Total do Ens. Fundamental 1ª a 8ª Série	Ensino Médio Regular e Curso Normal	Educação Especial Total	Educação Especial Fundamental	Educação De Jovens e Adultos (Supletivo) Total	Educação De Jovens E Adultos (Fundamental)
ARARIPE	Estadual					208	208	614	11	11-	-	-
	Federal											
	Municipal	415	449		3.489	2.057	5.539	-			455	292
	Privada											
	TOTAL	415	449		3.489	2.265	5.747	614	11	11	455	292

TABELA 23 - Relação das Escolas em Atividade no Município de Araripe – 2005

Rede	Código	Escola	Localização	Zona	Matrícula	Modalidade de Ensino
Estadual	23151650	EEFM D. Carlota Távora	Sede	Urbana	798*	Fundamental e Médio
Municipal	23151757	Esc. Mul. Raimundo Nonato de Andrade	St. Desapregado	Rural	82	Infantil/Fundamental Menor
Municipal	23151773	Esc. Mul. Antonio Rodrigues de Lima	Distrito de Alagoinha	Urbana	533	Creche/Infantil/Fundamental
Municipal	23151781	Esc. Mul. Cícero Barreto	St. Campina de Fora	Rural	93	Infantil/Fundamental Menor
Municipal	23151854	Esc. Mul. Pedro Clementino Veloso	St. Lagoa Grande	Rural	86	Infantil/Fundamental Menor
Municipal	23151889	Esc. Mul. Luiz Guedes Alcoforado	Distrito de Brejinho	Urbana	592	Creche/Infantil/Fundamental
Municipal	23151951	Esc. Mul. São Francisco	Serra Luiz Pereira	Rural	52	Fundamental Menor
Municipal	23151994	Esc. Mul. José Veloso	St. Teixeira	Rural	91	Infantil/Fundamental Menor
Municipal	23152001	Esc. Mul. Mulungu dos Alexandres	St. Mulungu	Rural	54	Fundamental Menor
Municipal	23152010	Esc. Mul. Otoniel de Moraes	St. Tanquinho	Rural	151	Infantil/Fundamental
Municipal	23152036	Esc. Mul. Raimundo Cícero da Silva	Distrito de Pajeú	Urbana	1.106	Creche/Infantil/Fundamental
Municipal	23152095	Esc. Mul. São Vicente	Serra do Mundeú	Rural	358	Infantil/Fundamental
Municipal	23152133	Esc. Mul. Davi Custódio de Oliveira	Distrito de Riacho Grande	Urbana	666	Creche/Infantil/Fundamental
Municipal	23152060	Esc. Mul. Valdemar de Alencar Lima	Serra da Perua	Rural	277	Infantil/Fundamental
Municipal	23197927	Esc. Mul. Cipriano	Serra de Cipriano	Rural	66	Fundamental Menor
Municipal	23211040	EEF Profª Cícera Germano Correia (Escola Modelo)	Sede	Urbana	2004	Infantil/Fundamental
Municipal	23250607	Creche municipal Vitorina Alves de Alencar	Sede	Urbana	157	Infantil
Estadual	23151730	Núcleo de Estudos Supletivo	Sede	Urbana	289*-	EJA

Fonte: SEMEA

* Matrícula ano 2004